



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS SOBRAL
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARA OLIVEIRA CARVALHO

**LARES MONOPARENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS FILHOS:
EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL**

SOBRAL- CE

2025

MARA OLIVEIRA CARVALHO

LARES MONOPARENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS FILHOS:
EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Ceará - *Campus* Sobral, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Francisca Zilania Mariano Sousa

SOBRAL-CE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C325l Carvalho, Mara Oliveira.
LARES MONOPARENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS FILHOS : EVIDÊNCIAS PARA
O BRASIL / Mara Oliveira Carvalho. – 2025.
61 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Francisca Zilania Mariano Sousa.

1. Insegurança alimentar. 2. Famílias monoparentais. 3. Características socioeconômicas. I. Título.
CDD 330

MARA OLIVEIRA CARVALHO

LARES MONOPARENTAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS FILHOS:
EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Ceará - *Campus* Sobral, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Francisca Zilania Mariano Sousa

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Dra. Francisca Zilania Mariano Sousa (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dra. Natália Cecília de França

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dra. Guaracyane Lima Campelo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À Deus, Pai misericordioso que rege e guia cada um dos meus dias. Por toda a proteção e cuidado.

À Universidade Federal do Ceará - *Campus* Sobral, pela minha formação. Em especial, ao curso de Ciências Econômicas do qual tanto me dediquei e sinto orgulho de ter sido discente;

À Professora Doutora Francisca Zilania Mesquita, pelo exemplo de profissional e de ser humano. Por ter me dado toda a liberdade para a execução desta pesquisa e, ao mesmo tempo, ser sempre acessível e disposta a resolver as questões necessárias;

À Antônio Nilson e Maria do Livramento, meus pais, por todo amor, cuidado, ensinamentos e confiança depositada. Por serem o meu maior estímulo e incentivo a sempre fazer o melhor para alcançar os meus objetivos. Por serem a mais bela tradução da palavra pai e mãe. Pai que, do céu, o senhor continue sentindo orgulho da pessoa que me tornei. Mãe, que a senhora continue sendo meu amparo nas tempestades e fonte de inspiração.

Às minhas irmãs Naiara e Yara e meu irmão Hermes, com imenso amor, por sempre torcerem por mim e estarem presentes fossem quais fossem as circunstâncias. Essa conquista também é para vocês;

Às minhas melhores amigas, que chegaram na infância e nunca foram embora. Por fazerem parte da minha base e sempre torcerem e vibrarem em cada conquista. Por serem exemplos de seres humanos e pela força que sempre me deram;

Ao meu melhor amigo, que chegou em 2014 e desde então me incentivou dia após dia a ser um ser humano melhor. Obrigada por ser quem você é, por ser um ser humano incrível;

Ao meu amor, que chegou no momento que eu mais precisava e menos esperava. Por ser gentil, por sempre me apoiar e por ser meu lugar de paz, enquanto eu conciliava estudos e trabalho.

Aos amigos que compartilharam essa trajetória junto a mim. Por fazerem meus dias mais leves. Por me mostrarem que as diferenças também agregam. Por se tornarem verdadeiros amigos;

Por fim, a todos que seguiram comigo mais esta caminhada o meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo estimar os efeitos de variáveis socioeconômicas sobre os níveis de (in)segurança alimentar dos filhos, com destaque para lares monoparentais. Além disso, realizam-se duas análises de efeitos heterogêneos, considerando lares biparentais e monoparentais; e dentre estes, aqueles femininos e masculinos. A partir dos dados da Pesquisa Orçamentária Familiar de 2017-2018, em que a segurança alimentar foi avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, aplicou-se a modelagem do método do logit multinomial ordenado. Os resultados descritivos indicam que 54,9% dos domicílios encontravam-se em situação de segurança alimentar (SA), enquanto 45,1% dos domicílios apresentavam algum grau de insegurança alimentar (IA) e que a maior prevalência de insegurança alimentar moderada/grave está presente nos lares monoparentais. Através dos efeitos marginais do modelo logit, constata-se que nos lares biparentais, a chefia feminina está associada a uma maior probabilidade de insegurança alimentar. Por outro lado, em lares monoparentais, aqueles chefiados por homens apresentam maior vulnerabilidade à insegurança alimentar. Assim, este estudo oferece subsídios importantes para identificar os desafios e oportunidades na formulação de políticas públicas voltadas ao combate à insegurança alimentar.

Palavras-chave: Insegurança alimentar, famílias monoparentais, características socioeconômicas.

ABSTRACT

This study aimed to estimate the effects of socioeconomic variables on the levels of (in)food insecurity of children, with a focus on single-parent households. Additionally, two analyses of heterogeneous effects were conducted, considering both two-parent and single-parent households; among the latter, those led by women and those led by men. Based on data from the 2017-2018 Household Budget Survey, where food security was assessed using the Brazilian Food Insecurity Scale, the multinomial ordered logit method was applied. Descriptive results indicate that 54.9% of households were in a situation of food security (FS), while 45.1% of households experienced some degree of food insecurity (FI), with the highest prevalence of moderate/severe food insecurity being found in single-parent households. Through the marginal effects of the logit model, it was found that in two-parent households, female headship is associated with a higher probability of food insecurity. On the other hand, in single-parent households, those led by men show greater vulnerability to food insecurity. Thus, this study provides important insights to identify the challenges and opportunities in formulating public policies aimed at combating food insecurity.

Keywords: Food insecurity, single-parent families, socioeconomic characteristics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 Segurança alimentar	8
2.2 Escalas de segurança alimentar	11
2.3 Influência da família sobre os hábitos alimentares dos filhos	13
2.4 Monoparentalidade feminina	16
2.5 Condições socioeconômicas em lares monoparentais	17
2.6 Evidências empíricas da Insegurança alimentar no contexto nacional e internacional	19
3 METODOLOGIA	26
3.1 Modelo Econométrico	26
3.2 Variáveis e base de dados	28
4 RESULTADOS	29
4.1 Estatísticas Descritivas	29
4.2 Resultados Econométricos.....	37
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

A segurança alimentar é definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) como a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista socioeconômico e agroecológico (Brasil, 2006).

A insegurança alimentar, por sua vez, é conceituada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como a falta de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a sobrevivência. O indivíduo em situação de insegurança alimentar enfrenta incertezas relacionadas ao momento da alimentação, à forma de preparo da refeição e à quantidade de alimentos disponíveis para a próxima refeição, o que compromete sua nutrição, saúde e bem-estar. (Redação National Geographic Brasil, 2023).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (2018), mais de 2 bilhões de pessoas, a maioria em países de renda baixa e média, não tinham acesso regular a alimentos inócuos, nutritivos e suficientes. O acesso irregular também era um desafio para os países de renda alta, incluindo 8% da população da América do Norte e da Europa. No que tange à insegurança alimentar grave, a ONU constatou que cerca de 820 milhões de pessoas não tinham acesso suficiente a alimentos. O documento estima que a maior parte das pessoas que sofrem de subnutrição se concentram na América do Sul (55% em 2018) e que a probabilidade de sofrer insegurança alimentar é maior para as mulheres do que para os homens em todos os continentes (FAO, 2019).

A POF 2017-2028 aponta que no ano de 2018 36,7% dos domicílios brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 (VIGISAN) 2020 indica que no final de 2020, esse número avançou e passou a representar mais da metade dos domicílios do Brasil (55,2%). Já o número de brasileiros que não têm o que comer (um estado mais grave de insegurança alimentar) atingiu a marca de 5% da população.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), o número de mulheres responsáveis exclusivamente pelos filhos de até 14 anos era cerca de 11 milhões, somando aproximadamente 5% do total de estratos familiares do Brasil no ano de 2018. Nesse mesmo período, a linha da pobreza atingia famílias monoparentais que viviam com renda equivalente ou inferior a US\$5,50 por dia. A dificuldade de obter renda, junto com outras fragilidades enfrentadas pelas famílias monoparentais contribuiu para que o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequada fosse prejudicado.

Esses dados indicam que a pobreza, a insegurança alimentar e o número de famílias monoparentais estão aumentando em proporções semelhantes no Brasil. Verificou-se também uma tendência natural de diminuição da renda mensal econômica nesse tipo de lar, ou a permanência em níveis de baixa renda, o que leva ao reconhecimento da fragilidade inerente a esse modelo familiar (Farias, 2016). Santos e Silva (2020) analisam os fatores associados à percepção de insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças e adolescentes, utilizando dados da PNAD 2013 e a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA). Aplicando modelos Logit e Logit multinomial, as autoras constataram que a presença de menores de 18 anos aumenta a vulnerabilidade alimentar, especialmente em domicílios pobres. A chefia feminina e o número de crianças também elevam o risco de insegurança alimentar grave. No entanto, lares monoparentais femininos mostraram menor probabilidade de insegurança alimentar.

Diante dessas informações, este estudo se destaca por contribuir para a literatura ao investigar o impacto do tipo de arranjo familiar nos níveis de (in)segurança alimentar, utilizando dados da POF (2017/2018) e a escala EBIA. Além disso, inova ao realizar duas análises heterogêneas, diferenciando lares biparentais e monoparentais, e dentre estes, os domicílios chefiados por mulheres e por homens.

O estudo dos efeitos dos lares biparentais e monoparentais sobre os níveis de insegurança alimentar é fundamental para compreender como a estrutura familiar influencia o acesso e a disponibilidade de alimentos. Lares monoparentais tendem a enfrentar maiores desafios econômicos e sociais, o que pode impactar negativamente a segurança alimentar dos filhos. No entanto, a literatura ainda carece de investigações que diferenciam os efeitos dentro do próprio grupo de lares monoparentais, considerando aqueles liderados por mulheres e por homens. Analisar essas heterogeneidades permite uma compreensão mais precisa das

desigualdades e vulnerabilidades específicas, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais direcionadas e eficazes no combate à insegurança alimentar.

Este estudo tem como objetivo estimar os efeitos de variáveis socioeconômicas sobre os níveis de (in)segurança alimentar de crianças e adolescentes, com ênfase em lares monoparentais. Além disso, busca-se analisar os efeitos heterogêneos dessas variáveis, comparando lares biparentais e monoparentais. No caso dos lares monoparentais, a pesquisa investiga diferenças entre aqueles chefiados por mulheres e por homens.

Este estudo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução e contextualização do tema. O segundo discute o referencial teórico, abordando segurança alimentar, hábitos familiares e lares monoparentais. O terceiro detalha a metodologia, enquanto o quarto expõe os resultados e análises. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Segurança alimentar

A segurança alimentar é definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) como a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista socioeconômico e agroecológico (Brasil, 2006).

O regime alimentar deve ser suficiente, completo e harmônico, capaz de suprir as necessidades orgânicas dos indivíduos, por meio de substâncias energéticas que façam frente aos gastos orgânicos, e de nutrientes variados que forneçam ao corpo os elementos necessários ao crescimento e equilíbrio funcional (Bózi, 2005).

Embora o tema segurança alimentar tenha ganhado mais espaço de debate nas últimas décadas, o termo existe há muito tempo e foi ganhando mais conotações a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nessa época, o seu conceito tinha estreita ligação com o de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação. Foi somente em 1980 que se reconheceu a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários, como uma das principais causas da insegurança alimentar da população (Leão, 2013).

No Brasil, as primeiras referências ao conceito de segurança alimentar são atribuídas às iniciativas no Ministério da Agricultura, no final de 1985. Nesse período foi elaborada uma proposta para implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar, visando atender às necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos. Sendo esse o marco inicial na abordagem institucional sobre a temática no país (Valente, 2002). Essa proposta incluía a criação do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar- Consea, recriado em 2003, extinto em 2019 e instaurado novamente em 2022, que estimulou um acervo ímpar de experiências em todo o continente (Batista, 2021).

Dentro do contexto histórico legislativo brasileiro, podem-se destacar alguns eventos significativos acerca da segurança alimentar. No ano de 2003, uma proposta de emenda à Constituição resultou na alteração do art. 6º da Constituição Federal e introduziu a alimentação como direito social. Em 2006, a Lei nº 11.346/2006, também conhecida como Lei de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN, estabeleceu a responsabilidade do poder público em adotar políticas e implementar ações com o objetivo de promover e garantir a segurança alimentar e nutricional para toda a população. Todavia, somente em 2010 foram promulgadas a regulamentação da LOSAN e a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN (IBGE, 2020).

Muitas políticas públicas foram implementadas no Brasil, nos mais diversos governos, para redução da insegurança alimentar. Destacam-se, conforme à época, o controle de preços, o controle de estoques, incentivos à produção industrial ou agrícola, assentamentos rurais, distribuição de alimentos, distribuição de tíquetes ou cupons e, até mesmo, distribuição de dinheiro (Bózi, 2005). Também se ressalta iniciativas como: Estratégia de Saúde da Família- ESF, Programa Bolsa Família- PBF, Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf, e o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA (Leão, 2013).

Cabe ainda destacar a relevância do tema segurança alimentar no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Mais especificamente, no âmbito do ODS2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (Unesp, 2020). Pontua-se que a inclusão da EBIA na POF 2017-2018, permitiu um conjunto de análises envolvendo as dimensões relacionadas a este objetivo e as características do orçamento doméstico. Estas informações, atreladas aos dados de

disponibilidade de alimentos, são fundamentais para o planejamento e monitoramento de ações de saúde e nutrição no Brasil (IBGE, 2020).

A fim de aprofundar a análise da segurança alimentar, suas dimensões foram subdivididas em quatro.

- A primeira dimensão está associada à disponibilidade do alimento, que se refere à oferta de alimentos para toda população e depende da produção, importação e sistemas de armazenamento e distribuição.
- A segunda dimensão trata-se do acesso físico e econômico aos alimentos, abordando a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional adequada, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, sendo influenciado pela política de preços e da renda familiar.
- A terceira dimensão diz respeito à utilização biológica dos alimentos pelo organismo e o aproveitamento dos nutrientes, que é afetado pelas condições sanitárias onde as pessoas vivem e produzem sua comida.
- A quarta dimensão aborda a estabilidade, que implica no grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos ao longo do tempo (IBGE, 2020).

Após a delimitação desses conceitos, infere-se que a insegurança alimentar (IA) ocorre quando o indivíduo não consegue suprir as necessidades descritas no conceito de segurança alimentar. Para compreensão de suas causas e para formulação de soluções adequadas de acordo com a gravidade apresentada, a insegurança alimentar é categorizada em diferentes níveis, perpassando por leve, moderado e grave. Sendo esses melhor detalhados no quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos graus de segurança e insegurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/ domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.

Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota técnica DA/SAGI/MDS n° 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

A insegurança alimentar está intimamente relacionada a má- nutrição. Embora seja difícil classificar a má-nutrição, dada a multiplicidade e complexidade dos distúrbios nutricionais conhecidos, é possível identificar dois principais grupos de problemas. O primeiro grupo inclui distúrbios nutricionais associados a deficiências na ingestão alimentar, frequentemente referidos como subnutrição ou, por vezes, desnutrição. O segundo grupo de distúrbios nutricionais engloba distúrbios geralmente associados a excesso ou desequilíbrio na ingestão alimentar associados à redução do gasto energético, incluindo condições como obesidade e dislipidemias. (Monteiro, 2004).

A má-nutrição produzida pela insegurança alimentar apresenta dois cenários igualmente alarmantes. Os grupos mais vulneráveis não têm acesso ao mínimo, que são três refeições por dia, e passam por um quadro de desnutrição e fome. E os grupos afetados pela crise econômica e inflação que ainda conseguem comprar alimentos, em geral, compram ultraprocessados e açucarados, como macarrão instantâneo, salsichas, doces e sucos artificiais. O que leva a excesso de peso e obesidade (Agência Brasil, 2022).

2.2 Escalas de segurança alimentar

As escalas de medida da segurança ou insegurança alimentar (IA) fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais já que permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de IA quanto os seus determinantes e

consequências (IBGE, 2020). Para tanto, essas escalas são subdivididas em contextos socioculturais e que representam os graus de severidade da IA. Sendo eles:

- 1) componente psicológico – ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos na casa para suprir as necessidades dos moradores;
- 2) qualidade dos alimentos – comprometimento das preferências socialmente estabelecidas acerca dos alimentos e sua variedade no estoque doméstico;
- 3) redução quantitativa dos alimentos entre adultos;
- 4) redução quantitativa dos alimentos entre as crianças;
- 5) fome – quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos (Coates, 2006; Pérez-Escamilla; Segall-Corrêa, 2008; Swindale; Bilinsky, 2006).

De acordo com Pérez- Escamilla e Segall-Corrêa (2008), existem cinco métodos de análise comumente empregados em inquéritos nacionais: 1- método da FAO de cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; 2- cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar; 3- cálculo do consumo alimentar – como os recordatórios quantitativos das últimas 24 horas e frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; 4- antropometria; 5- escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar- EBIA (IBGE, 2020).

A análise da EBIA é baseada em um gradiente de pontuação final resultante do somatório das respostas afirmativas a 14 questões. Esta pontuação se enquadra nos pontos de corte (Tabela 1), que equivalem aos construtores teóricos acerca da segurança alimentar (SA). Cabe pontuar que a escala brasileira é uma versão adaptada e validada daquela elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), em meados da década de 1990 (IBGE, 2020).

Os resultados da PNAD 2004 e da PNDS 2006 na época já confirmavam que a IA estar diretamente relacionada a fatores socioeconômicos e de composição de unidade familiar. Por isso, é aconselhável que as questões da EBIA sejam instrumentos de coleta de dados que também variáveis socioeconômicas, culturais e outras que julgar pertinentes (IBGE,2020).

Tabela 1 – Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1- 5	1- 3
Insegurança alimentar moderada	6- 9	4- 5
Insegurança alimentar grave	10- 14	6- 8

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota técnica DA/SAGI/MDS n° 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

2.3 Influência da família sobre os hábitos alimentares dos filhos

A família é responsável pela formação do comportamento alimentar dos filhos. As estratégias adotadas pelos pais para incentivar a alimentação infantil podem fornecer estímulos que variam de apropriados à inadequados na formação das preferências alimentares (Leung, Passadore, Silva, 2016). As condições socioeconômicas e a influência da publicidade, através dos meios de comunicação de massa, também são fatores que influenciam na construção do comportamento alimentar. É notório que as interações sociais na primeira infância impactam em uma variedade significativa de resultados futuros, incluindo saúde e nutrição (Gomes e Saraiva, 2022).

Segundo Lima (2006, p. 15), a família é o primeiro grupo social do qual o indivíduo participa e assimila referências para a construção de sua identidade e para vida em sociedade. Representa um grupo de socialização, que influencia e é influenciado pelos seus membros moralmente, materialmente e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações, não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, entendida como uma instituição histórica e socialmente em construção.

Entre os fatores fisiológicos indicados como significativos na formação do hábito alimentar estão incluídas as primeiras experiências alimentares desde os primeiros anos de vida, com inclusão da gestação e as preferências pelo sabor doce e pelos alimentos com um maior teor energético (Gomes e Saraiva, 2022). Logo, a formação dos hábitos alimentares se inicia

com a bagagem genética e sofrem influências culturais e sociais (Leung, Passadore, Silva, 2016).

A alimentação das crianças durante a infância é influenciada significativamente pelos pais, sendo essa influência associada ao nível socioeconômico, educação formal e conhecimento nutricional. Esses fatores, com frequência, são determinantes na formação dos hábitos alimentares durante a primeira e segunda infância, bem como em todas as outras fases da vida. (Gomes e Saraiva, 2022).

O aleitamento materno e a maneira que os alimentos foram introduzidos no primeiro ano, são decisivos para experiências alimentares positivas e negativas, ao longo da vida. Portanto, as estratégias adotadas pelos pais para incentivar a alimentação infantil ou para promover a aceitação de alimentos específicos podem fornecer estímulos que variam de apropriados à inadequados na formação das preferências alimentares (Leung, Passador e Silva, 2016).

Conforme indicado pelo Ministério da Saúde (2014), o comportamento e a ingestão alimentar são influenciados por uma diversidade de fatores, incluindo aspectos individuais, como habilidades culinárias, preferências alimentares, tabus alimentares, conhecimentos e percepções; fatores sociais, como influência dos pares e normas sociais; e fatores ambientais, como disponibilidade de recursos para preparação de alimentos, infraestrutura e preço dos alimentos (Gomes e Saraiva, 2022).

Conforme destacado por Santos e Robinovich (2011), às dinâmicas familiares atuais são diretamente influenciadas pela cultura do consumo de alimentos processados, frequentemente ricos em açúcares e gorduras, exercendo uma influência inadequada sobre os hábitos alimentares e interações sociais de crianças e adolescentes. Em estudo publicado na Agência Brasil (2022), o Professor Majid Ezzati, corrobora com os autores supracitados ao destacar que alimentos saudáveis e nutritivos frequentemente têm preços elevados, tornando-os inacessíveis para famílias e comunidades de baixa renda.

O impacto do marketing e das políticas de alimentos, com alimentos saudáveis e nutritivos muito caros para o padrão financeiro de consumo das famílias e comunidades pobres, é sem dúvida um fator que compromete o consumo de uma alimentação saudável e, por conseguinte, a formação de hábitos alimentares saudáveis. A restrição monetária, o acesso e a disponibilidade dos alimentos têm sido descritos como importantes influenciadores sobre a escolha de frutas, verduras e legumes (Kristjansdottir *et al.*, 2006).

Estudo longitudinal do desenvolvimento infantil mostrou que crianças de famílias com insegurança alimentar têm o dobro de chance de desenvolver sintomas persistentes de hiperatividade e desatenção. Além disso, dados da Pesquisa Nacional Longitudinal Canadense de Crianças e Jovens, associam a insegurança alimentar a maiores taxas de transtornos de humor, comportamentais e uso de substâncias em adolescentes. Com base em dados canadenses, observou-se que a fome infantil é um fator preditivo de depressão e ideação suicida na adolescência tardia e início da vida adulta, mesmo considerando outros fatores. A hipótese é que a fome infantil pode estar relacionada à depressão mais tarde na vida, como resultado da privação nutricional (Ke e Ford-Jones, 2015).

O ambiente familiar e a influência dos pais nos padrões de estilo de vida dos filhos, incluindo a escolha dos alimentos, indicam o importante papel da família em relação ao ganho de peso infantil (Campbell e Crawford, 2001; Sichieri e Souza, 2008). Logo, as práticas alimentares de crianças são influenciadas pelo acesso a alimentos saudáveis em casa e por ter os pais como modelos para alimentação equilibrada, realizando refeições em família (Eisenberg et. al, 2004; Rosenkransz e Dzewaktowski, 2008).

Estudos defendem três princípios básicos da alimentação e da nutrição que são considerados importantes para se ter hábitos e alimentação saudável: variedade- comer diferentes tipos de alimentos pertencentes aos diversos grupos; moderação- comer nem mais nem menos do que o organismo precisa, estar atento a quantidade certa de alimentos; e equilíbrio- ponderar quantidade e qualidade. Consumir alimentos variados, respeitando as quantidades de porções recomendadas para cada grupo de alimentos, de acordo com a faixa etária e condições físicas (Gomes e Saraiva, 2022). É preciso pontuar ainda que dietas ricas em fibra protegem contra a obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer (Who, 2003).

Além da educação nutricional e meios de comunicação de massa, Dias (2016) destaca um fator agravante sobre a segurança alimentar das crianças e adolescentes: o fenômeno dos lares monoparentais. Ele pontua que o indivíduo que vive sozinho com seus descendentes têm cuidados redobrados com o lar e com os filhos, bem como apresenta dificuldades acentuadas para obter os meios de sustento da família. A dificuldade de obter renda, junto com outras fragilidades enfrentadas por estas famílias, contribui para que o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequada seja prejudicado. Pontua ainda que famílias

predominantemente compostas por mulheres e filhos apresentam desigualdade quando comparadas às condições das famílias biparentais.

2.4 Monoparentalidade feminina

Segundo Dias (2016), a família, enquanto instituição, constitui a base das relações mais duradouras e o primeiro suporte social do indivíduo, apresentando padrões de relacionamento que perduram ao longo da vida, o que lhe confere uma posição privilegiada para implementar mudanças. De acordo com Oliveira (2021), a família não é uma instituição natural ou universal, mas um fenômeno socialmente construído, sendo, portanto, influenciada pela estrutura social de cada contexto histórico. Assim, é inegável que a família tem sofrido transformações significativas ao longo do tempo e ao redor do mundo.

O termo "família monoparental" foi usado pela primeira vez em um estudo feito pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos, na França, em 1981. A monoparentalidade é comumente reconhecida como uma configuração familiar na qual um dos pais, seja mãe ou pai, assume sozinho as responsabilidades e os cuidados com os filhos, ou seja, quando apenas um dos genitores vive com os filhos num mesmo domicílio. (Barbosa e Oliveira, 2013). Na Constituição Federal, a família do tipo monoparental é postulada no art. 226, § 4º como entidade familiar constituída por qualquer dos pais (pai ou mãe) e seus descendentes (BRASIL, 2017).

O conceito de parentalidade solteira evoluiu ao longo do tempo, acompanhado de transformações nas estruturas familiares e nas normas sociais (Diniz, 2021). Logo, a família monoparental deve ser entendida em seu dinamismo, considerando as relações que se constroem e se desfazem.

A monoparentalidade é um estado em aberto. Assim, é pensar famílias monoparentais não em um único modelo: as famílias monoparentais são protagonistas de histórias peculiares, marcadas pelos diversos contextos sociais e econômicos. Isso nos mostra que não é possível analisar as famílias monoparentais como um grupo homogêneo (Vitale, 2002, p. 58).

Lacerda (2006) destaca que os estudos internacionais sobre a monoparentalidade buscam aprofundar o conhecimento sobre suas origens, modos de estruturação e, especialmente, compreender as razões pelas quais essa configuração familiar ainda não se adapta plenamente à sociedade em que se desenvolveu. Um aspecto distintivo dessa estrutura familiar é o fato de

que ela é predominantemente experienciada por mulheres (Marinho, 2014). A feminização dessas famílias pode, assim, ser entendida como uma dimensão que intensifica sua fragilidade social.

A monoparentalidade feminina não constitui uma realidade recente uma vez que, ao longo de séculos, inúmeras mulheres assumiram sozinhas a chefia familiar, com ou sem o apoio de parentes e/ou da comunidade, por razões diversas, tais como gravidez na adolescência, separação, viuvez ou a ausência de envolvimento paterno (Barbosa e Oliveira, 2013). Contudo, durante muito tempo, as especificidades dessa configuração familiar foram desconsideradas, sendo estigmatizadas pela divergência em relação ao modelo idealizado e hegemônico de família tradicional, caracterizado pela presença de uma figura masculina e/ou paterna para completar sua estrutura (Castro e Almeida, 2021). Na sociedade brasileira, a monoparentalidade feminina está presente desde o início da colonização até os dias atuais, embora seu reconhecimento formal pela legislação constitucional só tenha ocorrido em 1988.

A monoparentalidade feminina apresenta desafios e experiências singulares. Mulheres nessa condição frequentemente enfrentam discriminação de gênero, estigmatização social, acesso restrito a recursos e apoio, além de lidar com as complexidades da coparentalidade, especialmente quando o pai é ausente ou pouco envolvido. Logo, compreender e abordar os desafios específicos enfrentados por essas famílias é essencial para promover sua resiliência e favorecer condições para seu sucesso (Vitale, 2002).

No âmbito econômico, Mckenzie e Mckay (2018) identificaram que as famílias monoparentais femininas apresentam desvantagens financeiras em comparação com outros tipos de arranjos familiares. Além disso, essas famílias encontram-se em maior risco social, considerando-se fatores como trabalho, renda, moradia e educação. Essa configuração familiar tende também a sofrer impactos mais significativos diante de oscilações sociais e econômicas, sendo, portanto, particularmente suscetível a condições de vulnerabilidade (Marinho 2014).

2.5 Condições socioeconômicas em lares monoparentais

A família monoparental foi reconhecida como uma configuração familiar pelo Direito brasileiro com a promulgação da Constituição de 1988 e com a aprovação do Código Civil de 2002. As propostas de alteração constitucional visavam a harmonização das leis mais

recentes e dos dispositivos constitucionais relacionados à família, além de regulamentar jurisprudências que, na sociedade atual, não poderiam mais ser fundamentadas no Código Civil de 1916 (Sarti, 2021).

A parentalidade solo pode implicar uma série de desafios tanto para os pais quanto para as crianças. As mães solteiras frequentemente enfrentam dificuldades financeiras, escassez de apoio emocional e isolamento social. Além disso, precisam conciliar diversas responsabilidades, como suprir as necessidades básicas dos filhos, administrar as tarefas domésticas e cumprir as obrigações profissionais ou educacionais. Por sua vez, as crianças de famílias monoparentais podem apresentar dificuldades emocionais e comportamentais, dificuldades acadêmicas e sofrer desvantagens sociais, incluindo insegurança alimentar. (Barbosa e Oliveira, 2012)

O cotidiano de grande parte das famílias monoparentais femininas é marcado por desafios sociais e econômicos, como condições financeiras limitadas, dificuldades de empregabilidade, acesso restrito à saúde e educação, além de questões que afetam a qualidade de vida. Estudos recentes sobre a monoparentalidade feminina indicam que muitas dessas mulheres, devido à sobrecarga de responsabilidades, encontram-se em situações de vulnerabilidade e risco (Finamori e Batista, 2022).

[...] centenas de mulheres que conduziram suas vidas dependentes de um padrão social construído historicamente no masculino - na família, na escola, no trabalho, na vida social, econômica e política - e que transformaram (ou tentam transformar) as barreiras em alavanca para recuperar sua subjetividade e seus direitos, assumindo esses desafios com seu jeito de ser mulher. (ROY, 1999, p. 11).

A partir de estudos demográficos, antropológicos e sociológicos, apoiados pelas pesquisas realizadas pelo IBGE nos últimos anos, observa-se que a família, especialmente aquela composta pela mãe e seus filhos, tem experimentado uma representatividade em expansão. (IBGE, 2020)

Segundo dados do IBGE, em 2018 o Brasil contava com aproximadamente 11,5 milhões de mulheres na condição de "chefes de família", caracterizadas pela ausência do genitor no cuidado dos filhos. Essas mulheres eram as únicas responsáveis pelos filhos e representavam cerca de 5% do total de estratos familiares do Brasil. Nesse mesmo período, a linha da pobreza atingia famílias monoparentais que viviam com renda equivalente ou inferior a US\$5,50 por dia. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), reforça que o

percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres passou de 25% em 1995 para 45% em 2018. (IBGE, 2020)

No contexto das desigualdades de gênero, observa-se que, por mais que as mulheres possuam os mesmos níveis de instrução que os homens, elas ainda enfrentam oportunidades desiguais. Isso ocorre, em grande medida, devido às responsabilidades familiares, que representam os principais obstáculos ao acesso igualitário às oportunidades (Montaño, 2001). As mulheres vivenciam uma sobrecarga física e emocional ao desempenharem múltiplas funções, tanto no ambiente doméstico quanto no mercado de trabalho. (Barbosa e Oliveira, 2013)

De acordo com Vitale (2002) uma vez que as mulheres possuem menores oportunidades de emprego, salários mais baixos no mercado de trabalho, assistência reduzida enquanto chefes de domicílio e a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, apresentam maior probabilidade de se encontrarem em condições de vulnerabilidade. O autor afirma ainda que a associação entre monoparentalidade e pobreza pode gerar um estigma que potencializa a ideia de que as mulheres são menos "capazes" de cuidar de suas famílias.

A associação do modelo familiar monoparental feminino a padrões de vida vulneráveis, especialmente no que se refere à pobreza, levou ao surgimento do termo "feminização da pobreza". Essa expressão reflete a predominância de famílias monoparentais chefiadas por mulheres em condições precárias de moradia, alimentação, acesso à educação, saúde e segurança pública (Maia et al., 2015). Contudo, como destaca Oliveira (2020), não é possível afirmar que toda família monoparental feminina se encontra em situação de vulnerabilidade. Cada caso demanda uma análise cuidadosa, considerando fatores sociais, econômicos, políticos e pessoais que influenciam suas condições específicas.

2.6 Evidências empíricas da Insegurança alimentar no contexto nacional e internacional

Hoffmann (2008), ao analisar os fatores determinantes da insegurança alimentar e Nutricional (IAN) nos domicílios brasileiros com base na PNAD de 2004, observou que os domicílios chefiados por mulheres têm maior probabilidade de enfrentar essa condição. Além disso, a renda domiciliar per capita, a escolaridade e a cor da pessoa de referência se mostraram como fatores relevantes para a insegurança alimentar. Da mesma forma, Anschau, Matsu e

Segall-Corrêa (2012) ressaltam a relevância da baixa escolaridade, do desemprego ou do trabalho informal do chefe do domicílio e o gênero como determinantes da insegurança alimentar.

Esses achados são corroborados por Ferreira *et al.* (2014), que, em um estudo transversal realizado no norte de Alagoas, identificaram que, além do gênero, a educação da chefe do domicílio exerce uma influência direta sobre as chances de insegurança alimentar. Facchini *et al.* (2014), ao aplicarem a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em unidades básicas de saúde nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, também confirmaram que a insegurança alimentar é mais prevalente em domicílios chefiados por mulheres, especialmente entre mulheres pretas e pardas, com menor escolaridade e renda.

Por outro viés, Costa *et al.* (2015) investigaram a segurança alimentar com base no consumo calórico e encontraram que a renda e o gênero afetam diretamente essa condição, apontando que os domicílios chefiados por homens apresentam maior probabilidade de estarem em situação de segurança alimentar. Além disso, observaram que morar em zona urbana aumenta as chances de segurança alimentar.

Zufelt (2006) afirma que a pobreza afeta onde as pessoas vão viver e isto, por sua vez, afeta a proximidade da família com a alimentação. Floro e Swain (2013) argumentam que famílias urbanas de baixa renda podem reduzir o risco de escassez de alimentos ao escolherem atividades laborais que proporcionem tanto uma fonte de renda monetária quanto alimentos diretamente para consumo. Isso implica que famílias em zonas urbanas, teriam mais chances de reduzir a insegurança alimentar devido às melhores oportunidades de geração de renda.

Partindo de características das famílias, Pontes, Barbosa e Abdalla (2018) apontam que a presença de um maior número de crianças e adolescentes em um domicílio pode diminuir a segurança alimentar, com esse efeito sendo mais acentuado para adolescentes. De maneira semelhante, Moffit e Ribbar (2018), em estudo sobre a insegurança alimentar em domicílios americanos, observaram que a insegurança alimentar tende a ser maior para crianças mais velhas do que para as mais novas, destacando que a alocação de alimentos está fortemente relacionada às necessidades das crianças em fase de desenvolvimento.

Em nível internacional, Tarasuk e Beaton (1999) e Tarasuk (2001), no Canadá, identificaram que fatores culturais e choques econômicos, como gastos inesperados, impactam especialmente os domicílios chefiados por mulheres. Em outra linha de raciocínio, Mallick e Rafi (2010) analisaram a insegurança alimentar em Bangladesh e concluíram que, embora os

domicílios chefiados por mulheres apresentem maior prevalência de insegurança alimentar, nas comunidades indígenas a menor presença de restrições sociais e culturais favorece uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e uma divisão mais equitativa das tarefas domésticas, o que resulta em um maior nível de bem-estar e menor probabilidade de insegurança alimentar. Esse contexto foi corroborado por Braga (2018), que enfatiza a importância do bem-estar, resultante do tempo dedicado à família e do investimento dos indivíduos dentro do domicílio como promotores da redução da insegurança alimentar.

Braga (2018) também destaca que, para compreender a pobreza sob a perspectiva de gênero, é fundamental avaliar a desigualdade na divisão das tarefas domésticas e do trabalho remunerado, uma vez que o trabalho não remunerado (tarefas domésticas) contribui para o bem-estar de forma significativa, embora não seja contabilizado na lógica monetária. Dessa forma, o trabalho não remunerado desempenha um papel crucial na vulnerabilidade das mulheres chefes de família, podendo aumentar a exposição à insegurança alimentar e à pobreza.

No contexto demográfico, Braga (2018) a partir de uma análise em duas perspectivas constatou que os piores resultados de segurança alimentar se encontram nas regiões Norte e Nordeste. Pontua ainda que é natural observar que estados mais pobres estão em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e que a renda é uma das medidas que a literatura aponta para medir a insegurança alimentar dado que, por precisarem comprometer maior parte de sua já baixa renda para a aquisição de alimentos, choques econômicos como o desemprego, por exemplo, reforçariam sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, a insegurança alimentar.

Quadro 2 – Evidências empíricas de segurança e insegurança alimentar.

Autoria	Título	Amostra	Método	Principais resultados
Tarasuk e Beaton (1999)	Community and International Nutrition Women's Dietary Intakes in the Context of Household Food Insecurity	Canadá	PLS	As particularidades culturais afetam especialmente as mulheres ao reportarem a IAN, especialmente no que diz respeito à consumo calórico
Tarasuk (2001)	Household Food Insecurity with Hunger Is Associated with Women's Food Intakes, Health and Household Circumstances	Canadá	Logit	Mulheres são mais vulneráveis a choques econômicos, sendo que na presença desses (como gastos inesperados, por exemplo), a situação de IAN delas se agrava
Zufelt (2006)	Food Insecurity and Hunger in America- Undergraduate Honors Capstone.	EUA	Estatística descritiva	Uma das principais causas de insegurança alimentar é a renda. A pobreza não só influencia a capacidade financeira para comprar alimentos, mas também afeta onde as pessoas possam viver. Isto, por sua vez, afeta a proximidade da família com a alimentação.

Hoffman (2008)	Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004	Brasil	Logit	O fator mais intrinsecamente ligado à IAN é a renda domiciliar per capita, seguido de características da pessoa de referência como escolaridade e cor.
Mallick e Rafi (2010)	Are Female-Headed Households More Food Insecure? Evidence from Bangladesh	Bangladesh	Generalized threshold model	Arranjos tradicionais familiares apresentam maior situação de IAN quando chefiados por mulheres. Entretanto, dentre os domicílios de etnia indígena, onde as relações sociais entre homens e mulheres são equiparáveis, tal situação não é observada.
Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa (2012)	Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda	Toledo (PR)	Logit Multivariado	Escolaridade, desemprego e tipo de emprego, associados ao gênero, interferem na situação de insegurança alimentar do domicílio
Floro e Swain (2013)	Food security, gender, and occupational choice among urban low-income households	Comunidades da Bolívia, Equador, Filipinas e Tailândia	Estatística descritiva	Em zonas urbanas, famílias de baixa-renda podem minimizar os riscos de insegurança alimentar através de trabalhos, sendo que a escolha dos trabalhos está associada à vulnerabilidade da família e à insegurança alimentar.
Facchini et. al. (2014)	Insegurança alimentar no nordeste e sul do Brasil:	Áreas de abrangência de	Modelo binário não destacado	Prevalência de IAN para domicílios chefiados por mulheres, pretas e pardas e de renda baixa.

	Magnitude fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades.	UBS (NE e SUL)		
Ferreira, et. al. (2014)	Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil.	Alagoas	Razão de Prevalência	A estrutura do domicílio relaciona-se com a IAN grave e moderada, além das características da pessoa de referência.
Costa et al. (2015)	Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009	Brasil	Logit	A renda e o gênero afetam diretamente a segurança alimentar, apontando que os domicílios chefiados por homens apresentam maior probabilidade de estarem nessa condição. Ademais, morar em zona urbana aumenta as chances de segurança alimentar.
Braga (2018)	Insegurança alimentar e nutricional em duas perspectivas: índice de insegurança alimentar dos estados brasileiros e	Brasil	Estatística descritiva	Não é o fato das mulheres participarem do mercado de trabalho que reduzem o bem-estar do domicílio em termos de segurança alimentar, mas a falta de divisão nas tarefas domésticas. Quanto a duração de duplas jornadas, a duração

	a mulher como chefe em diferentes configurações de divisão do tempo			delas é muito maior para mulheres quando se compara com aquelas realizadas pelos homens.
Pontes, Barbosa e Abdalla (2018)	Quem passa fome no Brasil? Uma análise dos determinantes da insegurança alimentar forte nos domicílios brasileiros.	Brasil	Probit bivariado	Presença de um maior número de crianças e adolescentes em um domicílio pode diminuir a segurança alimentar, com esse efeito sendo mais acentuado para adolescentes.
Moffit e Ribbar (2018)	Child age and gender differences in food security in a lowincome US inner-city population	EUA	Estatística descritiva	A insegurança alimentar tende a ser maior para crianças mais velhas do que para as mais novas, destacando que a alocação de alimentos está fortemente relacionada às necessidades das crianças em fase de desenvolvimento.

Fonte: elaboração da autora, 2025.

3 METODOLOGIA

3.1 Modelo Econométrico

O objetivo deste trabalho é investigar o impacto das variáveis socioeconômicas, com destaque no efeito de lares monoparentais, na prevalência de segurança alimentar e graus de insegurança alimentar dos filhos no Brasil. Para tanto, foram utilizados os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2017-2018) para formulação de um modelo *logit* multinomial ordenado

Na pesquisa, a segurança alimentar é mensurada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, a qual é subdividida em quatro níveis: segurança alimentar, constituindo-se na situação de acesso adequado e permanente a alimentos; insegurança alimentar leve, definida como uma incerteza quanto aos alimentos no futuro; insegurança alimentar moderada, que indica a redução quantitativa entre adultos de um domicílio; e insegurança alimentar grave, a qual representa a diminuição de alimentos no domicílio, inclusive para as crianças (Brasil, 2022).

Dado que a insegurança alimentar é uma variável dependente categórica e possui uma ordem específica entre as categorias, mas sem um intervalo numérico preciso entre essas categorias, o modelo econométrico multinomial ordenado configura-se como o mais adequado para esta análise (Greene, 2012). Esses valores apresentam uma sequência ordenada entre as alternativas, refletindo a transição de um nível para outro à medida que aumenta a incerteza em relação à quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis para o consumo de adultos e crianças no domicílio.

Assim, a insegurança alimentar dos filhos pode ser representada pelo seguinte modelo de índice de variável latente S^* :

$$(1) S_i^* = X_i' \alpha + Z_i' \beta + U_i$$

No qual, S_i^* representa a insegurança alimentar dos filhos não observada, X_i' um portador de atributos dos filhos (tais como idade, raça, gênero), Z_i' portador de atributos da mãe (dentre as quais, a escolaridade da mãe, o nível de renda, raça, idade, região do domicílio) e U_i representa o termo de erro. Assim, à medida que S_i^* ultrapassa uma série de limiares, a insegurança alimentar se altera entre as quatro alternativas, sendo observado:

$$(2) S_i = j \text{ se } \gamma_{j-1} < S_i^* < \gamma_j$$

Em que y denota o valor dos limiares correspondentes a mudanças entre as alternativas, conforme representado no Quadro 2 a seguir. O subscrito i representa cada observação da amostra (cada filho), sendo utilizada apenas uma observação por domicílio.

Dessa forma, o modelo econométrico a ser estimado segue a seguinte especificação:

$$(3) S_i = \alpha_0 idade + \alpha_1 branco + \alpha_2 masculino + \beta_0 escol_{mae} + \beta_1 escol_{pai} + \beta_2 idade_{mae} + \beta_3 idade_{pai} + \beta_4 raca_{mae} + \beta_5 raca_{pai} + \beta_6 chefe_{mulher} + \gamma_1 rdpc + \gamma_2 crianca_{dom} + \theta_1 Urbano + \theta_2 COeste + \theta_3 Norte + \theta_4 Nordeste + \theta_5 Sudeste + U_i$$

Em que *idade* é a idade da criança ou adolescente, *branco* é a raça da criança ou adolescente, *masculino* é o sexo da criança ou adolescente, *escol_mae* refere-se aos anos de estudo da mãe, *idade_mae* é a idade da mãe, *raca_mae* é a raça da mãe, *chefe_mulher* é o chefe de família feminino, *uniparental* são lares constituídos apenas por um dos cônjuges, *rdpc* é a renda domiciliar *per capita*, *crianca_{dom}* é o total de crianças no domicílio, *Urbano* é uma *dummy* se reside em área urbana ou rural, *COeste* é uma *dummy* se reside Centro-Oeste ou não, *Norte* é uma *dummy* se reside no Norte ou não, *Nordeste* é uma *dummy* se reside no Nordeste ou não, *Sudeste* é uma *dummy* se reside no Sudeste ou não, e U_i representa o termo de erro.

Quadro 3 – Valores referência do Nível de Segurança Alimentar em lares com menores de 18 anos

Valor de corte	Nível de Segurança Alimentar
0	Segurança alimentar
1 – 5	Insegurança alimentar leve
6 – 9	Insegurança alimentar moderada
10 – 14	Insegurança alimentar grave

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Assim como Pedrosa e Teixeira (2021), para evitar a correlação entre irmãos e garantir que os fatores não observáveis que afetam a utilidade de uma opção sejam independentes dos fatores que afetam as outras, decidiu-se usar apenas uma observação por domicílio, excluindo aleatoriamente as demais observações de cada residência.

3.2 Variáveis e base de dados

Os dados utilizados neste estudo consistem nos microdados disponibilizados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, a qual fornece informações socioeconômicas detalhadas sobre indivíduos e domicílios de uma amostra da população brasileira. Essa pesquisa é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A base de dados desses domicílios representa o nível de segurança ou insegurança alimentar que as famílias apresentaram durante o período da pesquisa.

A amostra do presente estudo considera indivíduos identificados como "filhos", sendo esses indivíduos de 1 a 19 anos de idade, faixa etária que abrange crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde na Norma Técnica de Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN (Brasil, 2011).

No Quadro 4, são apresentadas as variáveis explicativas a serem utilizadas na estimativa do modelo econométrico. Essas variáveis foram organizadas em quatro categorias: atributos das crianças, atributos dos pais, características familiares e atributos demográficos.

Quadro 4 – Descrição das variáveis explicativas

Categoria	Variável	Caracterização
Atributos das crianças e adolescentes	Idade	Idade, calculada em anos.
	Masculino	1 para o sexo masculino, 0 caso contrário.
	Branco	1 para branco, 0 caso contrário.
Atributos dos pais	Idade da mãe	Idade, calculada em anos.
	Idade do pai	Idade, calculada em anos.
	Raça da mãe	1 para branco, 0 caso contrário.
	Raça do pai	1 para branco, 0 caso contrário.
	Escolaridade da mãe	Anos de educação formal da mãe
	Escolaridade do pai	Anos de educação formal do pai
	Urbana	1 para zona urbana, 0 caso contrário

Atributos demográficos	Norte	1 para residente no Norte, 0 caso contrário
	Nordeste	1 para residente no Nordeste, 0 caso contrário
	Centro Oeste	1 para residente no Centro-Oeste, 0 caso contrário
	Sul	1 para residente no Sul, 0 caso contrário
	Sudeste	1 para residente no Sudeste, 0 caso contrário
Atributos da família	Biparental	1 para biparental, 0 para uniparental
	Uniparental mãe	1 para uniparental mãe, 0 caso contrário
	Uniparental pai	1 para uniparental pai, 0 caso contrário
	Domicílio chefiado por mulher	1 para chefe mulher, 0 caso contrário
	Total de crianças no domicílio	Números de crianças no domicílio
	Renda da família	Renda <i>per capita</i> da família

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

4 RESULTADOS

4.1 Estatísticas Descritivas

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 estimou a proporção de domicílios por tipo lares e por níveis de insegurança e segurança alimentar (IBGE, 2020). Desses domicílios, 54,9% encontravam-se em situação de segurança alimentar (SA), enquanto 45,1% dos domicílios apresentavam algum grau de insegurança alimentar (IA). Nesse período, a proporção de domicílios em IA leve foi de 31,15%, enquanto 9,04% estavam em IA moderada e 4,91% em IA grave. Considerando a IA grave como a forma mais severa de restrição no acesso domiciliar a alimentos, pode-se afirmar que aproximadamente 1.350 domicílios enfrentavam privação quantitativa de alimentos, impactando não apenas os adultos, mas também crianças e adolescentes residentes nesses domicílios. Evidenciando as fragilidades dos lares brasileiros na manutenção de uma dieta saudável e de qualidade.

Tabela 2 – Proporção de domicílios por níveis de insegurança e segurança alimentar

Categoria	Percentual	Frequência
Segurança alimentar	54,90%	15.100,01
Insegurança alimentar leve	31,15%	8.567,92
Insegurança alimentar moderada	9,04%	2.487,84
Insegurança alimentar grave	4,91%	1.349,52
TOTAL	100%	27.205,59

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Os níveis de insegurança e segurança alimentar quando analisados por tipo de domicílio, biparental ou monoparental, inferem uma maior disparidade entre os níveis de segurança e insegurança alimentar no Brasil. Observou-se a partir dos resultados que dentre os tipos de lares, a proporção de insegurança alimentar é maior em lares monoparentais. Sendo que a insegurança alimentar grave é quase 5 pontos percentuais a mais para lares monoparentais (8,92%) do que para lares biparentais (3,95%). Logo, a proporção de insegurança grave é mais que o dobro da encontrada em domicílios biparentais (3,95%) e quase o dobro do percentual observado na amostra total de domicílios (4,91%).

Tabela 3 – Proporção de domicílios biparentais e monoparentais por níveis de insegurança e segurança alimentar

Categoria	Biparental	Monoparental
	Percentual	Percentual
Segurança alimentar	57,36%	44,53%
Insegurança alimentar leve	30,62%	33,36%
Insegurança alimentar moderada	8,06%	13,19%
Insegurança alimentar grave	3,95%	8,92%
TOTAL	100%	100%

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Analisando apenas lares monoparentais, observa-se uma tendência ainda maior para insegurança alimentar em lares monoparentais femininos do que em lares monoparentais masculinos. Foi identificado que mais da metade dos domicílios monoparentais femininos apresentavam algum nível de insegurança alimentar (56,84%). Em lares monoparentais masculinos, a segurança alimentar apresentou média (55,96%) maior que a média na amostra total de domicílio (54,90%). Já a insegurança alimentar para esse modelo familiar representava 44,04%, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 – Proporção de domicílios monoparentais femininos e masculinos por níveis de insegurança e segurança alimentar

Categoria	Monoparental feminino	Monoparental masculino
	Percentual	Percentual
Segurança alimentar	43,16%	55,96%
Insegurança alimentar leve	33,91%	28,75%
Insegurança alimentar moderada	13,81%	8,08%
Insegurança alimentar grave	9,12%	7,21%
TOTAL	100%	100%

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Várias condições afetam o nível de segurança alimentar dos filhos. Entre eles os anos de educação, a renda do domicílio, a região e zona em que a família vive e o número de pessoas na composição familiar. Em lares monoparentais femininos foi possível constatar que a proporção de insegurança alimentar era maior em lares onde as mães tinham menos anos de escolaridade, menor renda e possuíam raça não branca. Estatisticamente falando, 2.036.146 domicílios (43,16%) se encontravam em segurança alimentar, 1.599.975 domicílios (33,91%) em insegurança leve, 651.402 domicílios (13,81%) em insegurança moderada e 430.445 domicílios (9,12%) em insegurança grave.

Para melhor visualização e compreensão das variáveis incluídas nesse trabalho, foi elaborada a tabela 5 com a estatística descritiva dos dados de segurança e insegurança alimentar na amostra total da pesquisa.

Tabela 5 – Amostra total por níveis de segurança alimentar e insegurança alimentar

Variáveis	Segurança Alimentar		Insegurança leve		Insegurança Moderada		Insegurança Grave	
	Média	Desvio- Padrão	Média	Desvio- Padrão	Média	Desvio- Padrão	Média	Desvio- Padrão
Biparental	0,8441	0,3627	0,7942	0,4043	0,7198	0,4491	0,6508	0,4767
Idade	10,1253	5,7729	9,9102	5,8582	10,7065	5,7679	11,3073	5,3358
Branco	0,5301	0,4991	0,3993	0,4898	0,3138	0,4640	0,2674	0,4426
Masculino	0,5317	0,4990	0,4968	0,5000	0,5514	0,4974	0,5338	0,4989
Idade_mae	37,3085	10,2907	36,2174	10,1881	37,0678	10,7027	37,4607	11,277

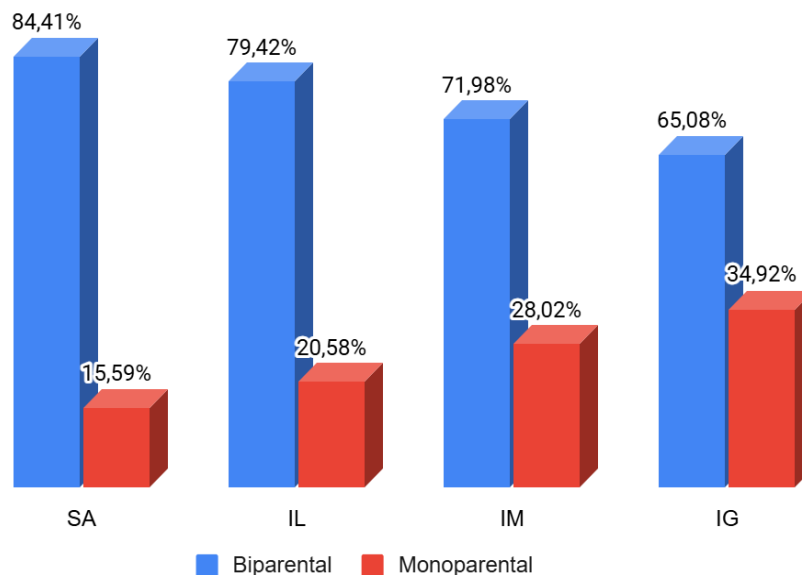
Idade_pai	36,0402	16,8344	32,6809	18,1390	29,9555	20,1079	28,4275	21,3786
Raça_mae	0,4761	0,4994	0,3304	0,4704	0,2208	0,4148	0,2216	0,4154
Raça_pai	0,4125	0,4923	0,2734	0,4457	0,1689	0,3747	0,1551	0,3620
Escol_mae	10,8714	4,1165	9,5761	4,0594	8,0502	4,2555	6,5375	4,2521
Escol_pai	8,7921	5,1793	7,0970	5,0178	5,1731	4,8692	3,9255	4,3056
Chefe- mulher	0,3385	0,4732	0,4133	0,9242	0,4842	0,4998	0,5346	0,4988
criancado m	0,7435	0,7707	0,8799	0,8554	0,9509	0,9484	1,0644	1,1188
Urbanos	0,8792	0,3259	0,8344	0,3717	0,7532	0,4312	0,7226	0,4477
Norte	0,0626	0,2422	0,1052	0,3069	0,1708	0,3763	0,2065	0,4048
Nordeste	0,2123	0,4089	0,3227	0,4675	0,4550	0,4980	0,4234	0,4941
Sudeste	0,4432	0,4968	0,3917	0,4881	0,2553	0,4360	0,2448	0,4300
Sul	0,2007	0,4005	0,1061	0,3079	0,0584	0,2345	0,0634	0,2436
Centro- Oeste	0,0811	0,2730	0,0743	0,2623	0,0605	0,2384	0,0619	0,2409
Rdpc	1534,15	1247,50	901,63	765,70	577,20	488,70	476,71	391,13

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Na tabela 5 é possível verificar que, apenas 33,84% dos domicílios em segurança alimentar têm uma mulher como chefe, sugerindo menor prevalência de chefia feminina entre domicílios com segurança alimentar. 53,01% dos filhos desses domicílios são identificados como brancos com média de 10 anos. Por fim, 87,92% dos domicílios em segurança alimentar estão em áreas urbanas. Levando a concluir que domicílios localizados em áreas rurais, em que a mulher é a chefe do lar e os filhos são de raça não branca têm maior probabilidade de estarem em algum nível de insegurança alimentar.

Com base nos dados, no gráfico 1 pode-se observar que, do total de domicílios da pesquisa, identificou-se que 84,41% dos domicílios em segurança alimentar possuem estrutura biparental, indicando que essa configuração é altamente prevalente neste grupo. Por outro lado, observou-se uma tendência inversa em lares monoparentais em que a segurança alimentar apresentou apenas 15,59% de prevalência no grupo e a insegurança alimentar grave foi de 34,92%.

Gráfico 1 – Proporção de lares biparental e monoparental por níveis de (in)segurança alimentar



Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

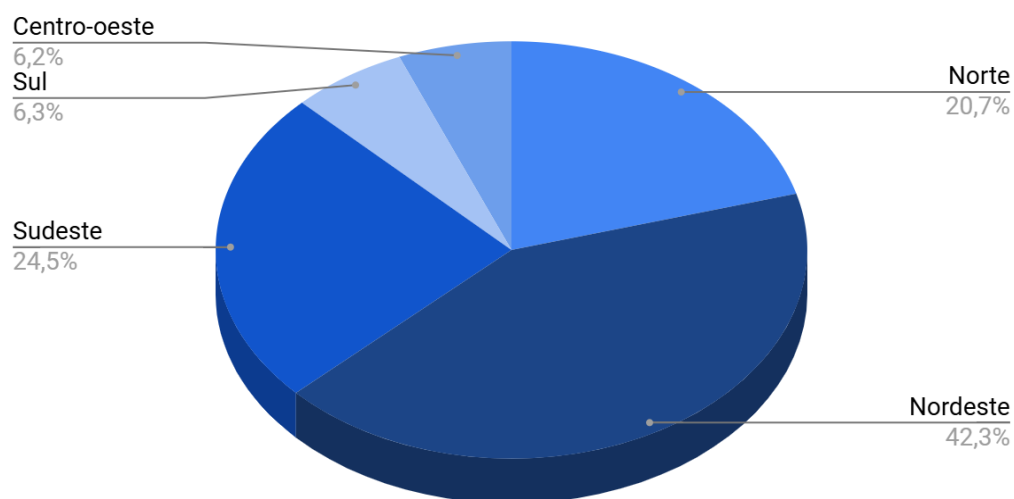
Da amostra foi possível inferir que em média 48% dos domicílios em algum nível de insegurança alimentar são chefiados por mulheres. Uma proporção que se torna relativamente alta à medida que a insegurança alimentar se intensifica. Com destaque para domicílios em insegurança grave, onde 53,5% têm uma mulher como chefe da casa. A média de escolaridade das mães em IA grave é de 6,54 anos, que é significativamente mais baixa do que nas categorias de segurança alimentar (10,87 anos) e IA leve (9,57). Em contrapartida, a média de escolaridade dos pais na condição de IA grave é de 3,93 anos, menor que a das mães. Em segurança alimentar, a média de escolaridade dos pais é de 8,79 anos.

Os dados adquiridos na POF 2017-2028 levam a compreender que menos anos de estudo podem contribuir para níveis mais graves de insegurança alimentar e ao mesmo tempo observar que mesmo os pais tendo menos escolaridade que as mães, eles continuam em melhores níveis de segurança alimentar. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 afirma a importância da escolaridade ao mostrar que 13,7% dos moradores com 1 a 3 anos de estudo estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Além disso, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil revelou que 22,3% dos domicílios cujos responsáveis possuem até 4 anos de estudo enfrentam fome (nível mais elevado de insegurança alimentar).

Do total de observações de crianças e adolescentes no domicílio com insegurança alimentar (IA) moderada e grave, a idade média é de aproximadamente 11 anos. Logo, nota-se que a severidade do nível de insegurança alimentar aumenta à medida que a idade dos filhos avança. Quanto à raça, crianças e adolescentes brancos são minoria nos estados de IA leve/moderada/grave (39,9%, 31,4% e 26,7% respectivamente). Apenas 26,7% dos filhos são identificados como brancos. Ou seja, identifica-se maior prevalência de insegurança alimentar entre crianças e adolescentes que se autodeclaram como negros ou indígenas. Ainda na categoria de insegurança grave, a média de crianças por domicílio é de 1,06, maior que todas as outras categorias, demonstrando que famílias em insegurança grave têm, em média, mais filhos, o que pode agravar a vulnerabilidade econômica e alimentar. Já a proporção de filhos do sexo masculino é de 53,4%, ligeiramente maior que a do sexo feminino.

No que refere às Regiões, cerca 6,26% dos domicílios em segurança alimentar se localizam no Norte, 8,10% no Centro-Oeste, 20,07% no Sul e 21,23% estão no Nordeste. A maior proporção está na região Sudeste (44,32%). A renda média por pessoa nos domicílios em segurança alimentar é de R\$1.534,15, com grande variabilidade (desvio padrão: R\$1.247,50). O valor máximo da renda *per capita* é de R\$7.073,16. A média de crianças por domicílio em segurança alimentar é 0,74, indicando que a maioria dos domicílios têm uma ou menos de uma criança por domicílio, chegando no máximo 6 crianças no lar.

Gráfico 2 – Insegurança alimentar grave nas regiões brasileiras nos anos de 2017/2018



Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Por sua vez, a média de lares em níveis mais severos de insegurança alimentar mostrou-se mais concentrada no Nordeste e Sudeste, com IA grave em torno de 42,33% e 24,48% respectivamente. Refletindo uma vulnerabilidade maior nessas regiões, principalmente no Nordeste. Nesse sentido, Facchin et al. (2014) reforçam essa perspectiva ao enfatizar que a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave é significativamente mais elevada nessa área, sendo influenciada por fatores como pobreza extrema, baixa escolaridade materna e desigualdades étnicas. Corroborando essa análise, o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI, 2019) aponta que mais da metade da população nordestina enfrenta algum nível de insegurança alimentar.

Ainda referente à tabela 5, a média de renda *per capita* na categoria IA grave foi de R\$476,71, ou seja, significativamente mais baixa do que em outras categorias, indicando uma forte associação entre baixa renda e insegurança alimentar grave. Ou seja, a média de renda per capita nos domicílios em insegurança grave é bem abaixo das médias nas outras categorias de insegurança (R\$901,63 em insegurança leve e R\$1.534,15 em segurança alimentar). A grande variabilidade (desvio padrão: 391,13) sugere disparidades significativas de renda dentro dessa categoria

É notório que as condições socioeconômicas da família influenciam em vasto espaço nas condições e hábitos alimentares dos filhos. A literatura demonstra que lares em que há mais educação formal, melhores condições de trabalho e acesso ao lazer tendem a ser lares em que a insegurança alimentar não é predominante. Conforme destacado por Gomes et al. (2024), as características socioeconômicas se relacionam com os níveis de insegurança alimentar, e fatores como renda familiar, estrutura familiar e hábitos alimentares são predominantes. Nesse sentido, os resultados obtidos demonstraram que lares chefiados por homens, em que os anos de escolaridade ultrapassaram 8 anos têm mais chances de estarem em melhores condições de empregabilidade, ganhando bons salários e, conseqüentemente, em situação de segurança alimentar. A tabela 6, por sua vez, apresenta as médias das variáveis para lares monoparentais.

Tabela 6 – Nível médio de insegurança e segurança alimentar em domicílios monoparentais

Variável	SA	IL	IM	IG
Idade	12,0546	11,5912	11,6119	12,4571
Branco	0,4858	0,3843	0,3653	0,2654
Masculino	0,5209	0,4828	0,5518	0,5316

idade_mae	35,0517	36,1774	37,0174	37,4653
idade_pai	6,3458	4,1733	2,9467	4,3587
raca_mae	0,3879	0,2791	0,2245	0,2371
raca_pai	0,0610	0,0211	0,0125	0,0198
escol_mae	9,2722	8,7562	7,7258	6,4013
escol_pai	1,2501	0,6989	0,4605	0,4032
chefe_mulher	0,0865	0,9076	0,9343	0,9133
Criancadom	0,5343	0,7083	0,8457	0,8783
Urbano	0,9335	0,8981	0,8555	0,8378
Norte	0,0592	0,0974	0,1336	0,1502
Nordeste	0,2232	0,3268	0,4357	0,4067
Sudeste	0,4501	0,3797	0,3133	0,2887
Sul	0,1724	0,1094	0,0588	0,0848
Coeste	0,0951	0,0867	0,0585	0,0696
Rdpc	1336,207	811,8312	571,8398	515,1148

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Para os dados referentes a domicílios monoparentais, verificou-se um padrão semelhante ao observado na amostra completa, em que uma idade mais avançada da mãe está associada a uma maior propensão à insegurança alimentar. Vale destacar que, em todos os níveis de segurança alimentar, a proporção de domicílios sob responsabilidade feminina é bastante elevada. Isso se deve ao fato de a maioria dos lares monoparentais serem liderados por mulheres. Na amostra deste estudo, dos 4.554 domicílios monoparentais, 87,9% têm mulheres como responsáveis, como pode ser observado na tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição dos Domicílios por Tipo de Família e Sexo do Responsável

Biparental	Chefe mulher		Total
	Não	Sim	
Monoparental	547	4.007	4.554
Biparental	14.178	5.140	19.318
Total	14.725	9.147	23.872

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

No que se refere à renda *per capita*, foi identificado que os lares monoparentais em situação de segurança alimentar apresentam, em média, uma renda *per capita* inferior à amostra total, sendo que a renda *per capita* da amostra total para nível de segurança alimentar é de R\$1534,15. No entanto, a renda *per capita* dos domicílios monoparentais em situação de insegurança alimentar, da leve a grave, é semelhante àquela dos domicílios da amostra total.

Quanto à distribuição geográfica, constatou-se que os graus mais severos de insegurança alimentar predominam na região Nordeste. Fato corroborado por Bezerra *et al.*, 2020 que apontou que a região Nordeste apresenta os maiores índices de insegurança alimentar no país. Esses dados evidenciam a maior vulnerabilidade das famílias dessa região em relação à insegurança alimentar.

Por fim, em relação à composição familiar, verificou-se que um maior número de crianças no domicílio continua sendo um fator associado a níveis mais elevados de insegurança alimentar. Logo, sugere uma maior vulnerabilidade à restrição alimentar em lares com crianças ou adolescentes. Fato também constatado em anos posteriores pelo IBGE, onde foi relatado que no ano de 2023 entre os menores de 5 a 17 anos, 36,6% moravam em casas com algum nível de insegurança alimentar.

4.2 Resultados Econométricos

Com o objetivo de investigar o impacto de variáveis socioeconômicas na segurança alimentar dos domicílios, com ênfase em domicílios monoparentais, esta seção apresenta os resultados da análise por meio do modelo Logit Multinomial Ordenado. Esse modelo relaciona as variáveis explicativas às probabilidades associadas a cada nível de segurança ou insegurança alimentar na amostra total e por tipo de domicílio.

Inicialmente, foi estimada a distribuição percentual de domicílios em cada nível de segurança ou insegurança alimentar. Posteriormente, para uma análise de efeitos heterogêneos, foram considerados lares biparentais e monoparentais e subdividindo esse último em monoparentais femininos (*unimae*) e monoparentais masculinos (*unipai*). Ao examinar os

coeficientes do modelo, verificou-se que todos os parâmetros estimados foram estatisticamente significativos ao nível de 5%.

A Tabela 8 sintetiza os resultados da regressão Logit Multinomial Ordenada para toda a amostra. Os interceptos (cut1, cut2 e cut3) estão associados às três categorias de insegurança alimentar: leve, moderada e grave, sendo que a categoria de referência é a segurança alimentar (categoria 1). Assim, a variável dependente assume valores de 1 a 4, refletindo uma escala crescente de insegurança alimentar. Os parâmetros estimados possibilitam avaliar o efeito das variáveis, porém não refletem sua distribuição proporcional.

Tanto a renda *per capita* quanto a escolaridade da mãe e do pai apresentam sinais negativos indicando que os pais com baixa renda e menor grau de escolaridade representam aumento na probabilidade de insegurança alimentar. Além deles, é possível observar também que ser chefe mulher, o maior número de crianças no domicílio e morar no Norte ou Nordeste aumentam em maiores proporções a probabilidade de insegurança alimentar no domicílio.

Para analisar a magnitude das implicações dessas variáveis na segurança alimentar de crianças e adolescentes, a Tabela 9 exibe os resultados por meio das razões de chances.

Tabela 8 – Estimativas do Logit Ordenado

Variáveis	Estimativa	Erro padrão	p-valor
Biparental	0,3186	0,0021	0,000
Idade	0,0160	0,0001	0,000
Branco	-0,0043	0,0010	0,000
Masculino	-0,0440	0,0008	0,000
idade_mae	0,0045	0,0001	0,000
idade_pai	0,0103	0,0000	0,000
raca_mae	-0,1679	0,0010	0,000
raca_pai	-0,1699	0,0010	0,000
escol_mae	-0,0625	0,0001	0,000
escol_pai	-0,0249	0,0001	0,000
chefe_mulher	0,1835	0,0010	0,000
Criancadom	0,2071	0,0006	0,000
Urbano	0,0387	0,0011	0,000
Norte	1,1525	0,0018	0,000

Nordeste	0,8186	0,0014	0,000
Sudeste	0,4338	0,0013	0,000
Coeste	,50130	0,0019	0,000
Rdpc	-0,0007	8,21e-07	0,000
/cut1	-0,4050	0,0027	
/cut2	1,5021	0,0027	
/cut3	2,7551	0,0028	

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Nota: Todos os efeitos foram estatisticamente significantes a 1%

4.2.1 Razões de Chance

Ao analisar as razões de chances, apresentadas na Tabela 9, observa-se que todos os coeficientes são estatisticamente significativos, com p-valores inferiores a 5%. As razões de chance (odds ratios) refletem a magnitude e a direção da associação entre cada variável explicativa e a segurança alimentar, permitindo uma comparação com a insegurança alimentar nos três níveis (leve, moderada e grave). Variáveis com odds ratios maiores que 1 indicam impacto positivo na probabilidade de um domicílio estar em categorias mais altas de insegurança alimentar. Assim, quando a razão de chance é inferior a 1, isso indica que a variável explicativa reduz a probabilidade de ocorrência do evento (insegurança alimentar).

Tabela 9 – Razões de chance

Variáveis	Razões de Chance	Erro padrão	p-valor
Biparental	1,3753	0,0029	0,000
Idade	1,0161	0,0010	0,000
Branco	0,9957	0,0010	0,000
Masculino	0,9569	0,0007	0,000
idade_mae	1,0045	0,0001	0,000
idade_pai	0,9898	0,0000	0,000
raca_mae	0,8454	0,0008	0,000
raca_pai	0,8436	0,0009	0,000
escol_mae	0,9394	0,0001	0,000
escol_pai	0,9763	0,0001	0,000

chefe_mulher	1,2015	0,0012	0,000
Criancadom	1,2302	0,0007	0,000
Urbano	1,0395	0,0012	0,000
Norte	3,1661	0,0057	0,000
Nordeste	2,2673	0,0033	0,000
Sudeste	1,5431	0,0021	0,000
Coeste	1,6509	0,0031	0,000
Rdpc	0,9993	8,21e-07	0,000
/cut1	-0,4050	0,0027	
/cut2	1,5022	0,0027	
/cut3	2,7551	0,0028	

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Nota: Todos os efeitos foram estatisticamente significantes a 1%.

Partindo dessa exposição, observou-se que domicílios biparentais apresentam 37,53 pontos percentuais (p.p) mais chances de estarem em categorias superiores de insegurança alimentar. Além disso, a cada aumento de 1 ano na idade do filho, as chances aumentam em 1,61 p.p, enquanto a idade da mãe contribui com um aumento de 0,45 p.p. Domicílios liderados por mulheres têm 20,15 p.p mais chances de alcançar níveis maiores de insegurança alimentar, e o aumento no número de crianças no domicílio eleva essa probabilidade em 23,02 p.p.

A análise demográfica, apontou que morar em áreas urbanas também está associado a um acréscimo de 3,95 p.p nas chances de insegurança alimentar. De forma regional, é destacado que morar na Região Norte aumenta em 216,61 p.p as chances de estar em uma categoria superior de segurança alimentar, seguido pelas Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, com incrementos de 126,73 p.p, 54,31 p.p e 65,09 p.p, respectivamente. Tais resultados corroboram os estudos de Pedrosa e Teixeira (2021), que identificaram nas regiões Norte e Nordeste uma predominância de desnutrição, fenômeno que pode ser parcialmente atribuído ao nível de renda, em média, mais baixo das famílias dessas regiões.

Por outro lado, as variáveis com odds ratios menores que 1 indicam que identificar-se como branco reduz ligeiramente as chances de estar em uma categoria superior. Ser do gênero masculino diminui essa probabilidade em 95,69 p.p. Da mesma forma, a idade do pai reduz as chances em 98,98 p.p a cada ano adicional. Variáveis relacionadas à raça dos pais também apresentam impactos negativos. Além disso, níveis mais altos de escolaridade da mãe e do pai estão associados a uma redução na probabilidade de insegurança alimentar, como destaca Silva

(2024) ao demonstrar que a chance de um domicílio estar em insegurança alimentar diminui para cada ano a mais de estudo do pai e da mãe, mostrando a contribuição da educação na mudança de cenário.

Por fim, a renda domiciliar per capita também apresenta um efeito negativo, ainda que pequeno, indicando que aumentos na renda per capita reduzem, marginalmente, as chances de insegurança alimentar. Esses resultados sugerem uma complexa interação de fatores sociais, demográficos e econômicos que influenciam as condições de segurança alimentar nos domicílios.

A Tabela 10 apresenta os efeitos marginais das variáveis explicativas para cada categoria de segurança alimentar conforme definido pela escala EBIA, abrangendo os níveis de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada e grave. Esses efeitos marginais (dy/dx) indicam a variação na probabilidade associada a cada categoria da variável dependente resultante de uma alteração unitária em uma variável explicativa, enquanto as demais variáveis permanecem constantes.

Tabela 10 – Efeitos marginais das variáveis sobre os níveis de insegurança e segurança alimentar na amostra completa

Variável	AS	IL	IM	IG
Biparental	-0,0767	0,0500	0,0180	0,0088
Idade	-0,0039	0,0025	0,0010	0,0005
Branco	0,0010	-0,0007	-0,0003	-0,0001
Masculino	0,0108	-0,0068	-0,0027	-0,0013
idade_mae	-0,0011	0,0007	0,0003	0,0001
idade_pai	0,0025	-0,0016	-0,0006	-0,0003
raca_mae	0,0410	-0,0260	-0,0100	-0,0050
raca_pai	0,0415	-0,0264	-0,0101	-0,0050
escol_mae	0,0153	-0,0096	-0,0038	-0,0019
escol_pai	0,0059	-0,0037	-0,0014	-0,0007
chefe_mulher	-0,0451	0,0281	0,0113	0,0056
Criancadom	-0,0508	0,0320	0,0125	0,0062
Urbano	-0,0095	0,0060	0,0023	0,0012

Norte	-0,2781	0,1277	0,0948	0,0556
Nordeste	-0,2014	0,1150	0,0566	0,0298
Sudeste	-0,1065	0,0657	0,0272	0,0137
Coeste	-0,1245	0,0707	0,0353	0,0185
Rdpc	0,00016	-0,00010	-0,00004	-0,00002

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Nota: Todos os efeitos foram estatisticamente significantes a 1%.

Os valores regressores com sinais positivos aumentam a probabilidade de se está em cada nível de segurança ou insegurança alimentar. Ao analisar os efeitos marginais das variáveis chefia domiciliar feminina, lares biparentais, número total de crianças no domicílio, idade dos filhos e residência urbana, constatamos que todas reduzem a probabilidade de segurança alimentar e aumentam a de insegurança alimentar. Especificamente, O efeito marginal de -0,0767 para a variável biparental indica que, ao passar de uma família monoparental para uma biparental, a probabilidade de estar em nível de segurança alimentar diminui em aproximadamente 76,73 pontos percentuais (p.p). A chefia feminina diminui a probabilidade de segurança alimentar em 4,51 p.p, enquanto o número total de crianças no domicílio reduz essa probabilidade em 5,08 p.p. Já a idade dos filhos e a residência urbana têm impactos menores, reduzindo a segurança alimentar em 3,91 p.p e 0,94 p.p, respectivamente. Ao mesmo tempo, essas últimas quatro variáveis aumentam as probabilidades dos diferentes níveis de IA. Para a insegurança alimentar leve, os aumentos são de 2,81 p.p, 0,32 p.p, 0,01 p.p. e 0,06 p.p, respectivamente. Na insegurança alimentar moderada, os acréscimos são de 1,13 p.p, 1,25 p.p, 0,10 p.p e 0,23 p.p, enquanto na insegurança grave, os aumentos são de 0,56 p.p, 0,62 p.p, 0,05 p.p. e 0,12 p.p., respectivamente.

Sendo que para segurança alimentar, observou-se que a variável idade da mãe apresentou sinal negativo indicando que lares com mães com idades mais avançadas aumentam a probabilidade de insegurança alimentar no domicílio. Ou seja, a idade da mãe reduz a probabilidade de segurança alimentar em 0,11 p.p por ano adicional. Já à medida que a idade do pai avança, aumenta em 0,25 p.p a probabilidade da segurança alimentar. No que concerne às regiões, para lares monoparentais está em qualquer região brasileira reduz a probabilidade de se está em segurança alimentar. Todavia, residir no Norte ou Nordeste reduz substancialmente a probabilidade de segurança alimentar (27,81 p.p e 20,14 p.p, respectivamente).

Foi possível constatar que as principais variáveis que aumentam a probabilidade de está em piores níveis de insegurança alimentar são: quantidade de crianças no domicílio (0,62 p.p), a idade da mãe (0,01 p.p), ser chefe mulher (0,56 p.p) ser do Norte (5,55 p.p) e ser do Nordeste (2,97 p.p). Também foi observado que tanto a renda *per capita* quanto a escolaridade da mãe e do pai (medida em anos de estudo) apresentam sinais negativos em todas as estimações, indicando que pais com baixa renda e menor grau de escolaridade representam aumento na probabilidade do lar experimentar algum grau de insegurança alimentar.

Esses resultados indicam que tais fatores estão associados a um maior risco de insegurança alimentar em diferentes intensidades. Logo, verifica-se que o total de crianças no domicílio e a mulher ser chefe do domicílio são fatores fortemente associados à insegurança alimentar, pois o maior número de membros da família leva a uma maior diluição dos recursos, o que pode significar menores gastos com saúde em geral (e em alimentação, por extensão) como preceituam Pedrosa e Teixeira (2021). Além disso, a chefia feminina dos domicílios também se associa a menores níveis de segurança alimentar, como verificou Dantas (2021), ao utilizar pesquisas qualitativas e quantitativas, por meio de questionários e entrevistas junto às chefes de família da cidade de Sete Lagoas – MG para realizar análise descritiva no contexto da Pandemia da Covid-19.

Ademais, a desvantagem da chefia feminina nos domicílios se dá de múltiplas formas, pois para exercer tal papel a mulher precisa reduzir o exercício do seu maternar, dedicando menos tempo de assistência à infância e ao cuidado com os filhos, já que precisa prover financeiramente o lar e, portanto, dedicar seu tempo ao trabalho fora de casa. Além disso, mesmo as mulheres apresentando maior prevalência de possuir mais anos de educação formal, os seus agregados familiares apresentam uma probabilidade menor de ter rendimentos mais elevados, como fora observado no Brasil por Santos *et al* (2023).

Já para a renda *per capita*, como era de se esperar, aumentos na renda domiciliar *per capita* aumentam a probabilidade de segurança, porém, esse acréscimo na probabilidade não é tão expressivo, sendo de 0,02 p.p para cada uma unidade (R\$1,00) acrescida na renda. Ademais, aumentar a renda em uma unidade diminui a probabilidade de insegurança leve em 0,01 p.p, moderada em 0,004 p.p e grave em 0,002 p.p.

4.2.2 Efeitos heterogêneos

Optou-se por realizar duas análises de efeitos heterogêneos. A primeira busca verificar se existem diferenças na magnitude dos efeitos entre domicílios biparentais, os quais podem ser observados na Tabela 11. A segunda análise, apresentada na Tabela 12, se concentra nos efeitos das características em domicílios monoparentais, dado que ser mulher chefe do domicílio aumenta as chances de insegurança alimentar, principalmente quando esse lar tem característica monoparental.

Tabela 11 – Efeitos heterogêneos na amostra total de domicílios

Variável	Segurança alimentar		Insegurança leve		Insegurança moderada		Insegurança grave	
	Biparental	Mono-parental	Biparental	Mono-parental	Biparental	Mono-parental	Biparental	Mono-parental
idade	-0,0034	-0,0063	0,0023	0,0025	0,0008	0,0022	0,0003	0,0015
branco	0,0069	-0,0240	-0,0047	0,0095	-0,0016	0,0086	-0,0007	0,0059
masculino	0,0145	-0,0032	-0,0098	0,0013	-0,0033	0,0011	-0,0015	0,0008
idade_mae	-0,0009	-0,0022	0,0006	0,0009	0,0002	0,0008	0,0001	0,0005
idade_pai	0,0026	0,0031	-0,0018	-0,0012	-0,0006	-0,0011	-0,0003	-0,0007
raca_mae	0,0374	0,0509	-0,0253	-0,0212	-0,0083	-0,0178	-0,0037	-0,0120
raca_pai	0,0377	0,1476	-0,0256	-0,0740	-0,0084	-0,0452	-0,0038	-0,0284
escol_mae	0,0151	0,0134	-0,0102	-0,0054	-0,0034	-0,0048	-0,0015	-0,0033
escol_pai	0,0068	0,0168	-0,0046	-0,0067	-0,0015	-0,0060	-0,0007	-0,0041
chefe_mulher	-0,0469	0,1581	0,0312	-0,0409	0,0108	-0,0656	0,0049	-0,0515
criancado								
m	-0,04621	-0,06597	0,03118	0,02636	0,01038	0,02352	0,00466	0,01608
urbano	-,01761	,04376	,01196	-,01601	,00390	-,01628	,00174	-,01148
norte	-,29388	-,21071	,15154	,03889	,09346	,09276	,04887	,079061
nordeste	-,21021	-,15722	,13010	,05224	,05434	,06054	,02576	,04445
sudeste	-,11407	-,07179	,07550	,02759	,02651	,02608	,01205	,01812
coeste	-,13805	-,07393	,08473	,02499	,03618	,02839	,01714	,02055
rdpc	,00015	,00020	-,00010	-,00008	-,00003	-,00007	-,00002	-,00005

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Nota: Todos os efeitos foram estatisticamente significantes a 1%.

Em relação ao domicílio biparentais, observa-se que ter uma mulher como chefe do domicílio reduz em 4,69 pontos percentuais (p.p) a probabilidade de estar em "Segurança" e aumenta todos os níveis de insegurança alimentar. Assim como a idade mais avançada da mãe que reduz a segurança alimentar em 0,09 p.p mas aumenta todos os níveis de insegurança alimentar. Mais crianças no domicílio reduzem a probabilidade de segurança alimentar em 4,62 p.p. Resultado conforme os estudos de Pontes, Barbosa e Abdalla (2018) que concluíram que presença de um maior número de crianças e adolescentes em um domicílio pode diminuir a segurança alimentar, com esse efeito sendo mais acentuado para adolescentes.

Domicílios biparentais no Norte têm 29,38 p.p menos probabilidade de estar em "Segurança" e no Nordeste 21,02 p.p menos probabilidade de segurança alimentar. O avanço da idade dos filhos também reduz a segurança alimentar, estando essa redução próxima de 0,33 p.p para lares biparentais e 0,62 p.p para lares monoparentais. Como observou Silva (2024) ao demonstrar que adolescentes são mais impactados do que crianças na diminuição da segurança alimentar, especialmente quando o domicílio tem uma chefe-mulher.

A renda per capita, escolaridade tanto da mãe quanto do pai, assim como os pais serem de raça branca mostram que são fatores determinantes no aumento da probabilidade de segurança alimentar nos domicílios. Sendo que a raça influencia o aumento em torno de 3,75 p.p independentemente de ser pai ou mãe. A escolaridade da mãe aumenta a probabilidade em 1,51 p.p e a escolaridade do pai aumenta em 0,67 p.p. A renda per capita, embora tendo menor impacto, ainda aumenta a probabilidade em 0,01 p.p. Sendo possível observar que alterações negativas na renda podem levar ao aumento da insegurança alimentar tanto em lares biparentais quanto monoparentais.

As mesmas variáveis que aumentam a segurança alimentar são as que diminuem a probabilidade de insegurança alimentar. Com destaque para chefe mulher, crianças no domicílio e viver na região norte e nordeste, variáveis que aumentam a probabilidade de insegurança alimentar grave em 0,49 p.p, 0,56 p.p e 4,88 p.p respectivamente. A região nordeste aumenta essa probabilidade em 2,57 p.p.

No que se refere a domicílios monoparentais, verificou-se que cada ano adicional na idade da mãe reduz a probabilidade de segurança alimentar em 0,22 p.p. Esse resultado pode indicar os desafios enfrentados por mães em idade avançada para garantir a estabilidade alimentar. Por outro lado, a idade do pai apresentou um impacto positivo, com um aumento de

0,31 p.p na probabilidade de segurança alimentar. Domicílios chefiados por mulheres demonstraram um aumento significativo de 15,81 p.p na probabilidade de segurança alimentar, ressaltando o papel central das mulheres na gestão doméstica e na promoção do bem-estar alimentar, conforme destacado por Braga (2018) em seu estudo.

A escolaridade dos pais também revelou um impacto positivo na segurança alimentar, com um incremento de aproximadamente 1,34 p.p associado à escolaridade da mãe e de 1,68 p.p relacionados à escolaridade do pai. Esse efeito evidencia a relevância da educação dos genitores na melhoria das condições alimentares do domicílio. Além disso, residir em áreas urbanas aumentou a probabilidade de segurança alimentar em 4,38 p.p, reflexo do maior acesso a serviços, mercados e oportunidades de emprego disponíveis nos centros urbanos. Em contrapartida, a residência nas regiões Norte e Nordeste reduziu substancialmente a probabilidade de segurança alimentar, com quedas de 21,07 p.p e 15,72 p.p, respectivamente, apontando desigualdades regionais importantes.

No que diz respeito à renda per capita, foi observado que suas variações contribuem para o aumento da segurança alimentar e a redução da insegurança alimentar, ainda que de maneira discreta (0,02 p.p). Quanto à variável raça, verificou-se que genitores brancos apresentam uma maior probabilidade de estarem associados a domicílios com segurança alimentar, reduzindo também a insegurança alimentar em seus três níveis, de forma bastante semelhante entre mães e pais. Exceto para lares monoparentais em que a raça branca afetou muito mais os pais que as mães. Isto é, o pai ser branco aumenta muito mais a probabilidade de estar em segurança alimentar do que a mãe ser branca.

Por fim, os resultados indicam que a escolaridade elevada dos pais tem um papel importante no aumento da segurança alimentar e na redução da insegurança, com maior impacto observado para a escolaridade paterna em comparação à materna. No entanto, variáveis como o número de crianças no domicílio e a idade das crianças mostraram efeitos opostos, com aumentos nessas variáveis associados à redução da segurança alimentar e ao aumento da insegurança. Residir no Norte ou Nordeste apresentou os mesmos efeitos de redução da segurança alimentar e incremento da insegurança, reforçando a necessidade de políticas públicas direcionadas para mitigar essas disparidades regionais e demográficas.

Esses resultados mostram como características individuais e estruturais influenciam diretamente as condições de segurança alimentar. A redução nas probabilidades observada para grupos específicos, como domicílios no Norte e Nordeste, pessoas mais velhas e chefes masculinos, destaca a necessidade de estratégias de apoio mais inclusivas e voltadas às

particularidades regionais e demográficas. Por outro lado, a liderança feminina e a vida urbana demonstram impacto positivo significativo, apontando caminhos potenciais para a promoção de segurança alimentar em larga escala.

Tabela 12 – Efeito heterogêneo em lares monoparentais femininos e masculinos

Variável	Segurança alimentar		Insegurança leve		Insegurança moderada		Insegurança grave	
	Femi-ninos	Mascu-Linos	Femi-ninos	Mascu-linos	Femi-ninos	Mascu-linos	Femi-ninos	Mascu-linos
idade	-0,0074	0,0091	0,0027	-0,0058	0,00278	-0,0019	0,0019	-0,0014
branco	-0,0230	-0,0299	0,0083	0,0190	0,0087	0,0061	0,0060	0,0047
masculino	0,0011	-0,0427	-0,0004	0,0275	-0,0004	0,0086	-0,0003	0,0065
idade_mae	-0,0018	0,0008	0,0007	-0,0005	0,0007	-0,0002	0,0005	-0,0001
raca_mae	0,0552	0,0955	-0,0209	-0,0622	-0,0204	-0,0189	-0,0138	-0,0144
escol_mae	0,0136	0,0123	-0,0050	-0,0079	-0,0051	-0,0025	-0,0035	-0,0019
criancadom	-0,0699	-0,0028	0,0254	0,0018	0,0264	0,0006	0,0181	0,0004
urbano	0,0482	0,0232	-0,0155	-0,0147	-0,0191	-0,0048	-0,0136	-0,0037
norte	-0,1856	-0,4241	0,0305	0,1512	0,0844	0,1322	0,0707	0,1406
nordeste	-0,1373	-0,3513	0,0416	0,1813	0,0553	0,0902	0,0404	0,0798
sudeste	-0,0591	-0,2094	0,0207	0,1260	0,0226	0,0463	0,0157	0,0371
coeste	-0,0585	-0,2268	0,0182	0,1195	0,0234	0,0577	0,0168	0,0495
rdpc	0,00019	0,00026	-0,00007	-0,00016	-0,00007	-0,00005	-0,00005	-0,00004

Fonte: elaboração da autora, 2024. Com base na POF 2017/2018

Nota: Todos os efeitos foram estatisticamente significantes a 1%.

Ao observar os lares monoparentais chefiados por mulheres, identificou-se que a maioria se encontra no norte e nordeste, principalmente quando se trata de lares com algum nível de insegurança alimentar. Foi possível identificar que morar em áreas urbanas reduz a probabilidade de se estar em insegurança alimentar.

Quanto às crianças, foi possível verificar que mais crianças no domicílio estão associadas a maior probabilidade de se estar em algum nível de insegurança alimentar, principalmente a grave. Assim como crianças com mais idade e de raça não branca aumentam essa probabilidade. Em relação às mães, a baixa escolaridade e menor idade aumentam a

probabilidade de se estar em algum nível de insegurança alimentar. Ademais, certos grupos raciais maternos (branco) estão menos associados à insegurança grave.

Em lares monoparentais femininos, a variável idade da criança ou adolescente apresenta uma relação inversa com a segurança alimentar. Para cada aumento de um ano na idade, a probabilidade de segurança alimentar reduz-se em 0,73 pontos percentuais (p.p.), enquanto a probabilidade de insegurança alimentar grave aumenta em 0,19 p.p.

No tocante a raça dos filhos, a condição de a criança ou adolescente ser branco reduz a probabilidade de segurança alimentar em 2,99 p.p. e, concomitantemente, eleva as probabilidades de insegurança alimentar grave em 0,59 p.p. Quanto ao gênero, ser do sexo masculino está associado a um aumento na probabilidade de segurança alimentar em 0,11 p.p. e a uma redução nas probabilidades de insegurança alimentar grave em 0,02 p.p.

Em lares monoparentais masculinos, observa-se que, a cada aumento de um ano na idade dos filhos, a probabilidade de segurança alimentar aumenta em 0,91 p.p, enquanto as probabilidades de insegurança alimentar reduzem-se em 0,58 p.p. para o nível leve, 0,18 p.p. para o nível moderado e 0,14 p.p. para o nível grave.

No que diz respeito à raça, o fato de o filho ser branco reduz a probabilidade de segurança alimentar em 0,29 p.p., ao mesmo tempo em que eleva as probabilidades de insegurança alimentar grave em 0,47 p.p. Esses resultados sugerem que, em lares monoparentais, a condição do filho ser branco não implica necessariamente em um aumento na segurança alimentar. Contudo, estar em outras categorias raciais parece estar associado a uma maior probabilidade de insegurança alimentar.

Em relação à idade dos pais, os resultados indicam efeitos distintos entre mães e pais. O aumento de um ano na idade da mãe reduz a probabilidade de segurança alimentar em 0,18 p.p e eleva as probabilidades de insegurança alimentar em 0,07 p.p. para o nível leve, 0,07 p.p. para o nível moderado e 0,05 p.p. para o nível grave. Por outro lado, o aumento de um ano na idade do pai está associado a um incremento de 0,08 p.p. na probabilidade de segurança alimentar e a reduções de 0,05 p.p., 0,02 p.p. e 0,01 p.p. nas probabilidades de insegurança alimentar leve, moderada e grave, respectivamente.

Quanto à raça dos pais, os efeitos demonstram similaridades. O fato de a mãe ser da raça branca aumenta a probabilidade de segurança alimentar em 5,51 p.p., enquanto o pai ser branco eleva essa probabilidade em 9,95 p.p. Além disso, a condição de a mãe ser branca reduz as probabilidades de insegurança alimentar grave em 1,38 p.p. e em média 2,6 p.p. para

os demais níveis. De forma semelhante, o pai ser branco diminui as probabilidades de insegurança alimentar leve em 6,21 p.p. e 1,44 p.p. para a grave.

Ao examinar o impacto do nível de escolaridade dos pais na segurança alimentar, observa-se que o aumento dos anos de estudo está associado a uma maior probabilidade de segurança alimentar e a uma redução na probabilidade de insegurança alimentar, com associações semelhantes para ambos os genitores. No entanto, o efeito é mais pronunciado no caso das mães. O aumento no nível de escolaridade materna eleva a probabilidade de segurança alimentar em 1,36 p.p, enquanto o aumento na escolaridade paterna contribui com um incremento de 1,23 p.p na mesma probabilidade.

Tais resultados confirmam que a escolaridade tem um efeito mais expressivo sobre a segurança alimentar em lares monoparentais femininos, em comparação com lares monoparentais masculinos. Essa diferença pode ser explicada, em parte, pela menor dedicação dos pais ao cuidado infantil e à assistência durante a infância, conforme destacado por Chen e Li (2009). Isso sugere que políticas públicas voltadas para o incentivo à educação, particularmente direcionadas às mulheres chefes de família, podem desempenhar um papel crucial na promoção da segurança alimentar nos domicílios.

Quanto à renda, essa também apresentou tendência similar entre lares monoparentais femininos e masculinos, pois os dados mostraram que maiores rendas per capita aumentam a probabilidade de segurança alimentar e reduzem a probabilidade de insegurança alimentar. A renda em lares monoparentais masculinos apresentou maior probabilidade na categoria segurança alimentar, tendo aumento de 0,02 p.p. nos lares monoparentais femininos e 0,03 p.p. nos lares monoparentais masculinos. Quanto à insegurança alimentar, a renda per capita feminina diminui em 0,005 p.p. a grave e em média 0,007 p.p. os demais níveis. Em lares monoparentais masculinos diminui em 0,016 p.p. a leve e 0,004 p.p. a grave. Nesse contexto, verifica-se um impacto maior da renda sobre lares monoparentais femininos, embora não tão expressivos.

Dessa forma, observa-se, a partir do modelo, uma maior tendência à insegurança alimentar em lares monoparentais. Demonstrando que lares monoparentais femininos, em que a mãe tem pouco nível de escolaridade, baixa renda e maior número de filhos possuem maior tendência a conviver com algum nível de insegurança alimentar. A variável raça da mãe indicou que alguns grupos raciais específicos da mãe têm menor probabilidade de insegurança alimentar, assim como escolaridade da mãe e renda per capita mostram que menores rendas e

menor escolaridade podem aumentar as chances de se estar em insegurança alimentar. Por sua vez, localizá-se no Norte ou Nordeste reduz a probabilidade de segurança alimentar.

Quanto às variáveis demográficas, constata-se que viver em área urbana aumenta a probabilidade de segurança alimentar em 4,82 p.p para domicílio monoparentais femininos e aumenta em 2,32 p.p. os monoparentais masculinos. Para ambos os tipos de lares viver em área urbana diminui a probabilidade de qualquer nível de insegurança alimentar.

Residir na região Norte diminui a probabilidade de segurança alimentar de lares monoparentais femininos em 18,56 p.p, no Nordeste diminui em 13,73 p.p, no Sudeste reduz em 5,90 p.p e no Centro-Oeste a redução é de 5,84 p.p. Já para as categorias de insegurança alimentar (IA), observa-se elevação das probabilidades da leve em 3,05 p.p para o Norte e 4,16 p.p para o Nordeste. Sendo que nos demais níveis Norte e Nordeste continuaram apresentados as maiores probabilidades. Tais constatações, coadunam-se com o observado por Pedrosa e Teixeira (2021) ao identificarem nas regiões Norte e Nordeste predominância de desnutrição, advinda de insegurança alimentar.

Em lares monoparentais masculinos as regiões apresentaram as seguintes probabilidades: Segurança alimentar no Norte reduz em 42,41 p.p., no Nordeste em 35,12 p.p., no Sudeste em 20,94 p.p. e centro oeste em 22,68 p.p. A IA leve, moderada e grave obtiveram maiores probabilidades de aumento para domicílio situados no Norte e Nordeste. Ou seja, nessa configuração familiar, a região norte e nordeste também demonstraram ser áreas mais críticas para insegurança alimentar, mesmo que a probabilidade seja menor que para lares monoparentais femininos.

Esses resultados destacam que as características demográficas e raciais dos pais exercem impactos significativos e diferenciados sobre a segurança alimentar, com implicações importantes para políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar em diferentes configurações familiares. Refletindo a complexidade dos fatores que determinam as condições de segurança alimentar nos lares e apontam a necessidade de considerar múltiplos aspectos socioeconômicos e demográficos em políticas públicas voltadas a essa questão.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que contribuem para a insegurança alimentar no Brasil, com ênfase em lares biparentais e monoparentais. Além disso, busca-se analisar os efeitos heterogêneos dessas variáveis, comparando esses tipos de lares. No caso dos lares monoparentais, a pesquisa investiga diferenças entre aqueles chefiados por mulheres e por homens.

A investigação baseou-se em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018 juntamente com a aplicação do método do logit multinomial ordenado. Esse método permitiu identificar o impacto significativo de variáveis socioeconômicas dos pais sobre níveis de insegurança alimentar dos filhos.

Os resultados descritivos revelam que 54,9% dos domicílios estavam em situação de segurança alimentar (SA), enquanto 45,1% enfrentavam algum nível de insegurança alimentar (IA). Observa-se que a insegurança alimentar moderada ou grave é mais prevalente em lares monoparentais, em que estes níveis estavam presentes em 56,84% dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres, indicando uma maior vulnerabilidade desse grupo. Por outro lado, nos lares monoparentais sob chefia masculina, a proporção de domicílios em situação de segurança alimentar foi de 55,96%, um valor superior à média observada para a amostra total (54,90%). Consequentemente, a insegurança alimentar nesse tipo de arranjo familiar atingiu 44,04%.

No entanto, quando se analisa os efeitos marginais do modelo logit indica que, filhos que residem em domicílios biparentais estão associados a uma maior probabilidade de insegurança alimentar. Ao interpretar estes resultados, deve-se considerar que a proporção de domicílios biparentais na amostra representa aproximadamente 81% e isso pode influenciar os resultados, sendo essa uma limitação da pesquisa. Por outro lado, entre os lares monoparentais, aqueles liderados por homens demonstram maior vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Estes resultados corroboram o estudo de Santos e Silva (2022), os quais encontraram que domicílios monoparentais femininos apresentam uma probabilidade menor de insegurança alimentar (5,79%), divergindo de estudos anteriores que apontam maior vulnerabilidade desse grupo (Braga, 2018). Essa diferença pode ser explicada pelo fato de Braga (2018) não ter restringido sua análise a domicílios com menores de 18 anos e pelas distintas características socioeconômicas entre Brasil e EUA, analisadas por Coleman. No

entanto, tanto neste estudo quanto o estudo de Santos e Silva (2020) consideram exclusivamente lares com crianças e adolescentes, permitindo uma comparação mais precisa entre arranjos familiares.

Vale destacar que, em todos os níveis de segurança alimentar, a proporção de domicílios sob responsabilidade feminina é bastante elevada. Isso se deve ao fato de a maioria dos lares monoparentais serem liderados por mulheres. Na amostra deste estudo, dos 4.554 domicílios monoparentais, 87,9% têm mulheres como responsáveis, e isso precisa ser levado em consideração ao interpretar esses efeitos.

Os resultados podem ser justificados por uma combinação de fatores econômicos, sociais e culturais que impactam a segurança alimentar em diferentes tipos de arranjos familiares. Algumas possíveis explicações podem estar relacionadas ao fato de que em lares biparentais chefiados por mulheres, a maior insegurança alimentar pode estar relacionada à desigualdade salarial de gênero, que frequentemente resulta em menores rendimentos para mulheres em comparação aos homens. Além disso, mulheres podem enfrentar mais dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho devido à dupla jornada de trabalho, conciliando emprego e cuidados com os filhos.

Além disso, em lares monoparentais geralmente possuem menor renda per capita, mas os chefiados por homens podem enfrentar desafios específicos, como menor acesso a redes de apoio e políticas sociais direcionadas, tradicionalmente voltadas para mães solo. A insegurança alimentar nesses lares pode ser explicada pela dificuldade em equilibrar trabalho e cuidado dos filhos, especialmente quando há menor participação em programas sociais.

Mulheres costumam priorizar gastos com alimentação e bem-estar dos filhos, enquanto homens podem adotar padrões diferentes na alocação dos recursos da família. Isso pode impactar a segurança alimentar de formas distintas, dependendo da composição e da gestão financeira do lar. Lares chefiados por mulheres, especialmente monoparentais, podem ter maior acesso a programas sociais, como o Bolsa Família. No entanto, a dependência de auxílios pode não ser suficiente para garantir segurança alimentar quando há grande vulnerabilidade socioeconômica. Já lares monoparentais masculinos podem ter menos acesso ou menor adesão a esses programas, agravando a insegurança alimentar.

Em muitas sociedades, mulheres acumulam responsabilidades domésticas e de cuidado, o que pode impactar seu tempo disponível para atividades remuneradas. Além disso, homens em lares monoparentais podem ter menos experiência na gestão da alimentação e

nutrição familiar, o que pode refletir em uma pior qualidade alimentar, mesmo quando a renda não é extremamente baixa.

Esses fatores sugerem que a insegurança alimentar é influenciada não apenas pela estrutura familiar, mas também por desigualdades sistêmicas que afetam mulheres e homens de maneira distinta. Sendo, alguns exemplos: Ampliar ou criar programas de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, priorizando lares monoparentais e aqueles com maior probabilidade de insegurança alimentar e adotar políticas regionais com base nos níveis de insegurança alimentar identificados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Desnutrição aumenta no Brasil; índice é maior entre meninos negros. *Agência Brasil*, Brasília, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-07/desnutricao-no-brasil-e-maior-entre-meninos-negros-aponta-pesquisa>. Acesso em: 07 nov. 2023.

AIRES, Juliana dos Santos; et. al. Insegurança alimentar em família de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. *Scielo Brasil. Acta Paulista de Enfermagem*, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000100018> . Acesso em 30, jan. 2025.

ALMEIDA, Antonia Rosa; et al. Os caminhos da Educação Feminina. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) Br. J. Ed., Tech. Soc.*, v.13, n.1, Jan.-Mar., p.79-84, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14571/brajets.v13.n1>. Acesso em 30, dez. 2024.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. *Revista de Nutrição*, v. 25, n. 2, p. 177–189, abr. 2012.

ARAKI, Erica Lie. Refeições em família e sua relação com consumo alimentar e estado nutricional de adolescentes. [Dissertação de Mestrado em Nutrição em Saúde Pública] São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP; 2010.

BARBOSA, Cristiane Olegário; OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. Monoparentalidade: questões socioeconômicas e culturais. *Serviço Social e Realidade*, v. 21, n. 2. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Câmpus de Franca-SP (2010).

BARROS, Luciana Karla do Nascimento. A desnutrição infantil e sua relação coma rede social e a segurança alimentar e nutricional da família. [Dissertação de Mestrado em Nutrição] Maceió. Universidade Federal de Alagoas; 2020.

BATISTA FILHO, Malaquias . Análise da Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: 20 anos de história. *Caderno de Saúde Pública*, Recife, 4 p., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mydKDGRmKccXYW3gKKsmbyj/> Acesso em 15, out. 2023.

BEZERRA, Mariana Silva et al, Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2020. Diponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>. Acesso em 10, jan. 2025.

BÓZI, M. A. Políticas públicas como estratégia de superação da fome. *Revista Brasileira de Política Pública*, v. 5, n. 3, p. 123-145, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1796/179672313012/html/>. Acesso em: 20, abr. 2024.

BÓZI, Estanislau Tallon. Direito à alimentação. FDV, Vitória- ES, 135 p., 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp075461.pdf> Acesso em 13, out. 2023.

BRAGA, Cícero Augusto Silveira. Insegurança alimentar e nutricional em duas perspectivas: índice de insegurança alimentar dos estados brasileiros e a mulher como chefe em diferentes configurações de divisão do tempo. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria** o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019): resultados preliminares. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: norma técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

CAMPBELL, Karen J.; CRAWFORD, David A. Family food environments and children's dietary patterns. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, v. 25, n. 2, p. 130–137, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar e Nutricional. Glossário Saúde Brasil. Brasília, 2022.

CARDOSO, Luiz Guilherme Luz; ABREU, Thaís Gomes; BOSCO, Maria Goretti Dal. Reflexos da ausência de regulamentação jurídica das famílias monoparentais na renda e segurança alimentar. *Revista Foco*, v.16.n.7, e2272, p.01-16 – Paraná, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2272/1583> Acesso em: 13, fev. 2024.

CASTRO, Thamís Dalsenter Viveiros de; ALMEIDA, **Vitor**. Famílias monoparentais, vulnerabilidade social e cuidado. *Revista Brasileira de Direito Civil*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 77–96, abr./jun. 2021.

COSTA, L. V. et al. Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 373-394, 2014.

DANTAS, Caroline Bastos, VIOLÊNCIA ECONÔMICA E A PANDEMIA DE COVID-19: IMPACTO NAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES EM SETE LAGOAS-MG, In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, 2021.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Débora. Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, São Paulo, v. 41, esp. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/msBd4PpRZXMLT7gyqWFhtVc>. Acesso em: 02, out 2024.

EISENBERG, M. E.; FULKERSON, J. A.; STORY, M.; NEUMARK-SZTAINER, D. Family meals and disordered eating in adolescents: longitudinal findings from Project EAT. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, v. 158, n. 8, p. 792–796, 2004. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/199350>. Acesso em: 07, dez. 2023.

FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma, 2019. ISBN 978-92-5-131600-9. Disponível em:

<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/02d85961-3c26-4d3b-ad67-a60c879693aa/content> Acesso em 05, jan. 2025.

FACCHINI, L. A. et al. Insegurança alimentar no nordeste e sul do Brasil: Magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. *Cadernos de Saude Publica*, v. 30, n. 1, p. 161–174, 2014.

FARIAS, I. R. Distribuição de renda, pobreza e insegurança alimentar no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, n. 2, p. 281-295, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/W9DRqD5GVNYQYgNck47nz5B/>. Acesso em: 24, fev. 2024.

FERNANDES, L. B. et al. Food and nutrition education actions based on Pestalozzi's intuitive method. *O Mundo da Saúde*, v. 45, p. 424–435, 2021.

FERREIRA, H. DA S. et al. Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil, 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 5, p. 1533–1542, maio 2014.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 3, p. 1–19, 2022.

FLORO, M.S. AND SWAIN, R.B. Food security, gender, and occupational choice among urban low-income households, *World Development*, v. 40, pp. 89-99, 2013.

GOMES, Mirele Vicente da Silva; SARAIVA, Joseane Maria. Fatores que se interpõem a formação de hábitos alimentares saudáveis na infância e na adolescência: a visão das mães, dos pais ou responsáveis. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 33, n. 2, p.01-25, 2022.

GREENE, William H. *Econometric Analysis*. 7ª ed. Pearson Education, 2012.

HOFFMANN, R. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 15, n. 1, p. 49–61, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>.

KE, Janice; FORD-JONES, Elizabeth Lee. Food insecurity and hunger: a review of the effects on children's health and behaviour. *Paediatrics & Child Health*, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 89–91, Mar. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4373582/>. Acesso em: 02, nov 2023.

KRISTJANSDOTTIR, Asa G.; THORSDDOTTIR, Inga; DE BOURDEAUDHUIJ, Ilse; DUE, Pernille; WIND, Marianne; KLEPP, Knut-Inge. Determinants of fruit and vegetable intake among 11-year-old schoolchildren in a country of traditionally low fruit and vegetable

consumption. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, v. 3, n. 41, 2006. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/6671739_Determinants_of_fruit_and_vegetable_intake_among_11-year-old_schoolchildren_in_a_country_of_traditionally_low_fruit_and_vegetable_consumption.

Acesso em: 17, nov. 2023.

LACERDA, Carmen Silvia Maurício de. Monoparentalidade: um fenômeno em expansão. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4660>. Acesso em: 10, dez 2024.

LEÃO, Marília M (coord.). O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – Brasília: ABRANDH, 2013.263 p.: il. ISBN 978-85-63364-06-7

LEUNG, Maria do Carmo Azevedo, PASSADORE, Mariana Doce, SILVA Sandra Maria Chemin Seabra da. Fatores que influenciam os responsáveis pela seleção dos alimentos para crianças da educação infantil: uma reflexão bioética num estudo exploratório. **O Mundo da Saúde**, São Paulo- 2016, p. 490-497.

LIMA, Niedja Maria da Silva, et al., Excesso de peso em adolescentes e estado nutricional dos pais: uma revisão sistemática- **ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva**. p. 627-636, 2017.

LIU, Ruojun; URQUIA, Marcelo L.; TARASUK, Valerie, The prevalence and predictors of household food insecurity among adolescents in Canada, *Canadian Journal of Public Health*, v, 114, n, 3, p, 453-463, 2023.

LÔBO, Ianna Karolina Vêras. Coorte de nascimentos de João Pessoa: efeitos da insegurança alimentar na saúde materno infantil. [Dissertação de Mestrado em Ciências da Nutrição]. Paraíba. Universidade Federal da Paraíba; 2014.

MAIA, Katy; DEVIDÉ JÚNIOR, Aricieri; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de; ARAÚJO, Fernanda Bersi de. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. *Revista Econômica*, v. 17, n. 2, p. 97–122, dez. 2015.

MALLICK, D.; RAFI, M. Are Female-Headed Households More Food Insecure? Evidence from Bangladesh. *World Development*, v. 38, n. 4, p. 593–605, 2010.

MARINHO, Elizangela Matias. Família monoparental chefiada por mulheres: desafios e perspectivas. 2024. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/40921>. Acesso em: 10, dez 2024.

MCKENZIE, Hayley; MCKAY, Fiona H. Thinking outside the box: strategies used by low-income single mothers to make ends meet. *The Australian Journal of Social Issues*, v. 53, n. 3, p. 304–319, 2018.

MOFFITT, R. A.; RIBAR, D. C. Child age and gender differences in food security in a low-income US inner-city population. *European Economic Review*, v. 109, p. 23-41, 2018.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. O que é insegurança alimentar e quais são suas causas. 26 out. 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2022/10/o-que-e-inseguranca-alimentar-e-quais-sao-suas-causas>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Estado nutricional. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 7, n. 4, p. 487-499, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/6L4J6b9k5dQ6Hq8g6r8p5f/?lang=pt>. Acesso em: 27, set. 2024.

MONTAÑO, Sonia. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil. Seminário “Governabilidade e Gênero”, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstreams/41e29c09-fc09-4cae-a1e8-2774e6f3dad6/download>. Acesso em: 17, out 2024.

OLIVEIRA, José Sebastião. Fundamentos constitucionais do direito de família. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002. ISBN: 8520322093.

OLIVEIRA, Pollyanna Souza. Famílias monoparentais e feminização da pobreza no Brasil: estudo à luz da capabilities approach como plataforma de cidadania e proteção social. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26753>. Acesso em: 10, out 2024.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; GAMA, Jacqueline Santos da Fonsêca Almeida. Segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos do município de Campina Grande, Paraíba. Associação Brasileira De Saúde Coletiva; Volume: 18; Issue: 4 Linguagem: Português. ISSN 1980-5497. Paraíba, 2015. Acesso em 09, jan.2025.

PEDROSA, Elisa Nolasco; TEIXEIRA, Evandro Camargos, Efeito da escolaridade dos pais sobre o estado nutricional dos filhos no Brasil, **Economia Aplicada**, v, 25, n, 4, p, 581-608, 2021.

PEREIRA, Vlais Monteiro. Monoparentalidade feminina: perfil socioeconômico das mulheres amazonenses. [Dissertação de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos] Manaus. Universidade do Estado do Amazonas; 2023.

POBLACION, Ana Paula; et al. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. Scielo Brasil. Caderno de Saúde Pública, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qY7PW8yDKX7GYzFYPsN8Xyh> . Acesso em 29, jan. 2025.

PONTES, R. P.; BARBOSA, M.N.; ABDALLAH, P. R. Quem passa fome no Brasil? Uma análise dos determinantes da insegurança alimentar forte nos domicílios brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v.12, n2, pp.225-241, 2018.

PONTES, Gabrielly Cristine Lamão et al. Perfil sociodemográfico e sua relação com a insegurança alimentar e nutricional em um centro de educação infantil do município de alegre, es. in: anais do vi encontro nacional de pesquisa em segurança alimentar e nutricional, 2024, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024. Disponível em:

<<https://proceedings.science/enpssan/enpssan-2024/trabalhos/perfil-sociodemografico-e-sua-relacao-com-a-inseguranca-alimentar-e-nutricional?lang=pt-br>>. Acesso em: 10, jan. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Rede PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10, jan. 2024.

ROSENKRANZ, R. R.; DZEWALTKOWSKI, D. A. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. *Nutrition Reviews*, v. 66, n. 3, p. 123–140, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/nutritionreviews/article/66/3/123/1858048>. Acesso em: 07, dez. 2023.

SANTOS, Ricardo Henrique Silva. Indicadores socioeconômicos, nutricionais e de percepção de insegurança alimentar e nutricional em famílias rurais. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 1–11, 2018. DOI: 10.20396/san.v25i2.8650443. Acesso em: 24, fev. 2024.

SANTOS, L. R.; RABINOVICH, E. P. Situações familiares na obesidade exógena infantil do filho único. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 507–521, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/122/12252817009.pdf>. Acesso em: 20, fev. 2025.

SANTOS, M. Patrizia et al. Determinants of food insecurity among households with children in Villa el Salvador, Lima, Peru: the role of gender and employment, a cross-sectional study. *BMC public health*, v. 22, n. 1, p. 717, 2022.

SARTI, Maria Amália. A Constituição Federal de 1988 como marco para a transformação do Direito de Família. *Migalhas*, 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/381083/a-cf-88-como-marco-para-a-transformacao-do-direito-de-familia>. Acesso em: 11, out 2024.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. Scielo Brasil. *Revista de Nutrição*, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/QvPkFD7n4HrYfPMWcP9DfLJ>. Acesso em 30, jan. 2025.

SILVA, A. P. N.; Da Costa Silva, M. M.. Análise da insegurança alimentar, a partir da percepção sobre qualidade e quantidade de alimentos adquiridos nos domicílios brasileiros. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Salvador, 2020.

SILVA, Silvana Oliveira da et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, p. e00255621, 2022.

SILVA, Maria Antonizete de Oliveira. Características socioeconômicas dos pais e os níveis de insegurança alimentar dos filhos no Brasil [Dissertação de Mestrado em Economia do Setor Público], Fortaleza. Universidade Estadual do Ceará, 2024.

SICHERI, Rosely; SOUZA, Maria de Fátima. Estratégias de prevenção da obesidade infantil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, supl. 2, p. s224–s225, 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2008.v24suppl2/224-s225/>. Acesso em: 07, dez. 2023.

